



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0782/11	DATA: 14/06/2011
INÍCIO: 15h27min	TÉRMINO: 18h38min	DURAÇÃO: 03h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h10min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ACÁCIA ZENEIDA KUENZER – Representante da Universidade Federal do Paraná.
REGINA MARIA DE FÁTIMA TORRES – Diretora associada do SENAI.
SIMONE VALDETE DOS SANTOS – Diretora de Política para Educação Profissional do Ministério da Educação.
ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT – Representante do SENAC.

SUMÁRIO: Debate sobre a educação profissional.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, Plano Nacional de Educação.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 12ª reunião, realizada em 8 de junho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Leitura dispensada, a pedido do nobre Deputado Rogério Marinho.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o seu inteiro teor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Expediente.

Sras. e Srs. Deputados, comunico o recebimento de sugestão de emenda substitutiva à meta 4 do Plano Nacional de Educação elaborada pela Comissão da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Ofício B8011 da Líder do Bloco PSB/PTB/PCdoB, Deputada Ana Arraes, indicando o Exmo. Sr. Deputado Dr. Ubiali como titular desta Comissão, em substituição ao Deputado Gabriel Chalita.

A pauta de hoje prevê audiência pública. Antes de passar à chamada dos nossos convidados, quero fazer o registro da presença entre nós da Exma. Sra. Raquel Teixeira, membro desta Comissão durante muito tempo e que sempre nos honrou com a sua amizade e a sua competência.

A audiência é destinada a debater a educação profissional com os seguintes convidados: Profa. Acácia Zeneida, da Universidade Federal do Paraná; Profa. Regina Maria de Fátima Torres, Diretora associada do SENAI; Profa. Simone Valdete dos Santos, Diretora de Política para Educação Profissional do Ministério da Educação. A Profa. Ana Beatriz está vindo. É isso, Terezinha?

Gostaria de comunicar que esta audiência pública está sendo realizada por solicitação do Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni.



Cada convidado disporá de 15 minutos para a apresentação, e nós podemos iniciar os nossos trabalhos dando a palavra à Dra. Acácia Zeneida.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esta Mesa teve uma certa influência dos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Por quê?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Por que a Presidente Dilma, ao resolver uma crise do seu Governo, só prestigiou as mulheres. E Hoje aqui, só mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu ia até convidá-lo para nos retirarmos sorrateiramente, mas já que V.Exa. resolveu mandar o recado em público...

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Emiliano.

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., quero registrar a realização de audiência pública desta Comissão na Bahia, com a presença do Relator, Angelo Vanhoni, e da nossa companheira Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputada Fátima Bezerra. Sentimos muito a ausência de V.Exa., que havia admitido a possibilidade de estar presente, mas não teve condições. Foi uma audiência muito rica pelo conjunto de sugestões e pela presença de centenas de educadoras e educadores. Houve um debate bastante acentuado, com a presença de setores da sociedade, de segmentos da educação especial, seguindo a trilha de participação social intensa da nossa sociedade nas sugestões para o PNE.

Agradeço a V.Exa. a chance de lembrar a realização dessa audiência e agradecer a presença dos Deputados Angelo Vanhoni e Fátima Bezerra e lamentar a ausência de V.Exa., que engrandeceria a reunião, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Sr. Presidente, quero fazer uma manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Newton Lima.



O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Eu já tive melhor sorte, porque tive oportunidade de tê-lo na abertura dos trabalhos do seminário paulista do Plano Nacional de Educação. Lotamos a Assembleia Legislativa. Com a presença ilustre de V.Exa., do nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni, e de cinco dos colegas paulistas que integram a Comissão, passamos até as 19h debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Estava presente também a Deputada Teresa Surita.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - É verdade. Foi uma honra receber a nossa 1ª Vice-Presidente. Descobrimos que ela é paulista. Ela estava lá nessa dupla condição.

V.Exa. pôde testemunhar, assim como o Relator, quero só dividir isso com os demais colegas da Comissão Especial, a intensa e forte participação dos segmentos de toda a sociedade educacional, escolar e universitária paulista e paulistana.

Quero lhe dizer que, como marca registrada dos grandes debates que se fazem sobre educação na capital, encerraram-se os trabalhos, sob a Presidência do Deputado Ivan Valente, com uma série de moções que foram encaminhadas à consideração da nossa Comissão, da Presidência e da Relatoria.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Newton Lima.

Realmente, foi uma ótima reunião. Fiquei toda a parte da manhã lá. Foi muito boa. Tive oportunidade de ver a discussão que o Deputado Ivan Valente colocou sobre financiamento. A audiência da Bahia também foi boa. O Deputado Emiliano José tinha conversado comigo pela manhã num programa.

Queria perguntar se o Relator quer fazer alguma consideração. Não?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois, não, Deputado Rogério Marinho.

Houve no Rio Grande do Norte também.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Quero fazer este registro, dizer que o nosso peregrino, Deputado Angelo Vanhoni, também esteve no Rio Grande do Norte, abrilhantando com sua presença a reunião que tivemos sobre o PNE. Foi uma



reunião bastante concorrida na Assembleia Legislativa. Certamente, a comunidade educacional do Estado ficou grata pela presença do nosso Relator e da Presidente da Comissão de Educação, Deputada Fátima Bezerra. Bons frutos sairão deste evento.

V.Exa, que não esteve presente, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Qual foi o local, Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Foi na Assembleia Legislativa. V.Exa. não esteve presente e levou falta. E Vanhoni teve que sair mais rápido e não comeu o camarão. Não é Vanhoni?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou contar uma inconfidência. Ligou para mim lá de Natal e disse: "*Acho que vou ficando por aqui*". Quería fazer um passeio. Não conseguiu fazer, não?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não consegui fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos fazer com o Deputado Renan, em 4 de julho, em Maceió. É uma segunda. Vou chegar na sexta. Tenho direito a quê?

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - À Bahia V.Exa fica devendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - À Bahia eu tinha ido e vou voltar, Emiliano. Eu conheço a Bahia.

Houve audiência com o pessoal do Governo do Estado lá na Bahia?

O SR. DEPUTADO EMILIANO JOSÉ - Como V.Exa. não ia, a Presidência da Comissão não estava, o Secretário de Educação esteve presente o tempo inteiro no seminário. Participou, interferiu. Então, tivemos o Governo do Estado absolutamente presente durante todo o debate, a tarde inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bom.

Parece que a Profa. Ana Beatriz de Almeida chegou. Acomode-a, D. Terezinha, por favor.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Como o Deputado Eduardo não está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu queria uma notícia sobre Minas. Como foi lá em Belo Horizonte?



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Faço o relato de Minas. Dois Deputados participaram, o Deputado Gilmar Machado e o Deputado Eduardo, que é membro titular da nossa Comissão.

A Assembleia estava lotada. No ambiente estavam acontecendo dois seminários na oportunidade. Um dos auditórios reservados para a nossa audiência pública lotou, e todas as dependências estavam com pessoas em pé. O espaço era pequeno, mas todas as cadeiras estavam ocupadas. Não me lembro de quantas pessoas eram. Colocamos um telão, e num saguão na frente, com várias cadeiras, havia mais ou menos 400 pessoas assistindo ao debate.

Essa audiência pública percorreu diversos temas. Um dos temas, em função até da militância destacada do Deputado Eduardo sobre a meta 4, polêmica que tem acompanhado todas as audiências públicas no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência, teve um papel destacado na discussão, mas todos os outros temas foram abordados.

O Prof. Jamil Cury estava presente como debatedor e fez uma exposição. Posteriormente, fomos recebidos pelo Governador Anastasia e pela Secretária de Educação. Houve uma coincidência, porque 2 dias antes o Sindicato dos Professores deflagrou uma greve no Estado de Minas Gerais. Então, o Governo e a Secretaria de Educação ainda estavam se debatendo com a greve, que era recente. Mas a conversa com o Governador foi muito boa. Ficamos 2 horas conversando, os dois Deputados, eu e a Secretária.

Como todos sabem, o Governador tem formação, é professor de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Também teve uma experiência destacada na área de planejamento por dois governos. Então, pudemos fazer uma discussão sobre a questão financeira e a perspectiva de fontes para a possibilidade de Estados e Municípios cumprirem as metas que estamos discutindo aqui.

O Deputado Gilmar Machado tem uma trajetória na Câmara dos Deputados na questão da discussão orçamentária. Há dois ou três mandatos, vem perseguindo essa discussão no Parlamento.

A discussão foi muito boa e interessante. E o Governador se colocou à disposição da Comissão para, junto com outros Governadores, assim que acharmos conveniente, realizarmos uma reunião para discutir as possibilidades de implantação



do plano para os próximos 10 anos, do ponto de vista da contribuição dos Governadores no processo de tramitação e na superação de obstáculos que porventura possam existir quanto às fontes de recursos. Até algumas fontes foram citadas, como parcelas daquilo que se tem para recolher dos Estados junto à União que poderiam ser destacadas para os Estados, a fim de que pudessem completar sua participação no PIB. Quer dizer, essa é uma discussão que temos de levar com o Ministério da Fazenda, mas o Governador se dispõe a ajudar nesse processo.

Então, acho que a reunião em Minas foi muito boa. Cumpriu o seu papel, motivou os setores da sociedade, colocou na ordem do dia, na discussão com entidades, com setores da sociedade, a questão do PNE e levou essa discussão para dentro do Poder Executivo. E foi muito bem aceita. Todos nós sabemos que quem vai implantar são os Governos, os Municípios e a União.

Então, o relato é bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Como estava mais ou menos estabelecido, fomos comunicados ontem pela manhã que o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, vai comparecer a reunião amanhã, a partir das 14h30. O Ministro nos comunicou e já fizemos a divulgação para todos os gabinetes. A presença do Ministro dispensa comentários. Apenas nós acertamos com o Ministro que virá a esta Comissão para discutir o PNE.

A discussão será sobre o Plano Nacional de Educação, até porque ele está sendo convidado para outras audiências, como a relativa ao PRONATEC, por exemplo, que ele deixou um pouco para a semana que vem.

Portanto, não seria uma boa prática, de uma boa educação política, se nós aqui abrissemos uma discussão ampla e atrapalhássemos os convites já feitos ao Ministro com temas específicos.

Então, nós vamos discutir com o Ministro aqui, amanhã, sobre PNE, Plano Nacional de Educação, a partir das 14h30.

Quero agradecer de forma particular ao Relator Angelo. Ele nos ajudou muito nessa conversa que tivemos de que estava na hora de o Governo vir a esta Comissão para o debate conosco.

A Secretária Terezinha também me informa, a iniciativa eu acho que foi do Deputado Angelo...



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Mas o requerimento foi do Deputado Newton Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Newton Lima. O Ministro Aloizio Mercadante marcou para o dia 28, terça-feira, pela manhã. Ele está fazendo uma proposta, eu estou antecipando um pouco aqui, porque terça, pela manhã, não é usual já termos *quorum*. Mas já vamos avisar, e aquele realmente interessado, aqui todos estão, é um motivo de orgulho para nós... Nós temos tido um comparecimento, em média, de 28 Parlamentares, e esta Comissão só tem 26 Deputados titulares. Na última audiência, com o Governador do Ceará, 34 Parlamentares passaram pela Comissão em vários momentos. Então, acho que vai dar para acertarmos, Deputado Angelo, e fazermos essa audiência com o Ministro Mercadante realmente na terça-feira, dia 28, pela manhã. Se não for viável, vamos tentar negociar com ele outro momento, mas, se for, vamos logo fazer na terça-feira.

Peço desculpas às senhoras por esses assuntos diversos que precisamos tratar antes de começar, mas vamos começar.

Passo a palavra para a Dra. Acácia. A senhora dispõe de 15 minutos.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, os meus agradecimentos à Presidência da Comissão pelo convite a mim feito para que pudesse compartilhar um pouco os estudos, as preocupações e também as discussões que temos feito na comunidade acadêmica, principalmente no seio da ANPED — Associação Nacional de Pesquisa em Educação, a respeito do PNE e especificamente da educação profissional, área na qual sou pesquisadora há pelo menos 30 anos. Para mim é um momento muito importante, e agradeço à Presidência e ao Relator a oportunidade de aqui estar.

Talvez eu não consiga dizer tudo que gostaria de dizer em 15 minutos, talvez precise de pelo menos cinco a mais, solicito por antecipação, mas vou tentar abreviar ao máximo, sem perder a clareza e a consistência, a minha exposição.

Pois bem, em primeiro lugar, parto nesta análise de dois pressupostos que considero absolutamente imprescindíveis. O primeiro é entender que, a partir da nova LDB, a educação profissional passa a ser parte integrante do Sistema Nacional de Educação como uma modalidade da educação básica e portanto vinculada ao ensino médio. Esse foi um dos grandes avanços da LDB. Ela institucionalizou o que



eram modalidades soltas, trazendo-as para dentro do Sistema Nacional de Educação. Então, não há como discutir educação profissional fora do âmbito da educação básica, e no caso específico da faixa etária, que é objeto de educação profissional, não há como estudar educação profissional desvinculada do ensino médio.

Isso para nós é um pressuposto. O segundo pressuposto é que qualquer plano deve definir políticas que devem estar explicitadas em metas responsáveis e enraizadas na realidade. Ora, a formulação dessas metas implica necessariamente bons diagnósticos. Se não conheço bem a realidade a transformar, não posso estabelecer metas adequadas para transformá-las. Portanto, não há plano sem metas físico-financeiras claras bem formuladas e responsáveis.

Pois bem, aqui reside o meu primeiro ponto. Se formos analisar os dados relativos à educação média, condição necessária a uma boa educação profissional, veremos que temos alguns problemas sérios. O INEP historicamente tinha cortes, séries históricas, e nós não conseguimos mais localizar esses dados. Então, aqui já há um primeiro problema. Sem uma visualização clara do estado atual das coisas, ficamos com problemas na definição de metas exequíveis. Eu só gostaria de passar rapidamente por alguns dados que consegui mariscando no Plano Nacional anterior, na avaliação do plano, em estatísticas do INEP e em estatísticas da PNAD. Não dispomos mais de um sistema de estatísticas que nos permita compreender exatamente a situação.

Vou ter a minha fala pautada em dois pontos: primeiro, a universalização do acesso; segundo, a qualidade do acesso. Quanto à universalização do acesso, temos, nos dados disponíveis, que houve um crescimento expressivo entre 1996 e 2001 com relação a matrículas do ensino médio. Esse crescimento foi de 32,1%. Mas o que ocorre? Embora, nos primeiros anos da década de 2000, essas matrículas continuassem crescendo, vamos ter — pasmem os senhores — um decréscimo substancial de matrículas no ensino médio que chega a 8,4% no período de 2000 a 2008. Não consegui estatísticas mais recentes para ver como isso continua a ocorrer, mas a tendência é de que, em 2009 e 2010, essas matrículas tenham decrescido ainda mais.



Se tomarmos os dois últimos anos para os quais temos alguns dados, 2008 e 2009, é provável que tenhamos um decréscimo de 3,2%, o que é extremamente significativo. Isso quer dizer que, em 2009, tivemos cerca de 8 milhões de matrículas a menos do que na década anterior. Portanto, não estamos progredindo na universalização. Ao contrário, estamos regredindo, e significativamente.

Ainda com relação à qualificação desse acesso, em 2008, há apenas 3% das matrículas no campo, ou seja, o pessoal do campo não está sendo atendido com relação a ensino médio e educação profissional integrada a ele. Dos matriculados, apenas a metade tem entre 15 e 17 anos, e a distorção idade/série cresceu de 0,3% a 0,54%, ou seja, os alunos estão com idade mais avançada a cada ano, alunos mais velhos estão ingressando no ensino médio em número mais significativo.

Em 2006, o que tínhamos? No ensino médio, 58,4% eram brancos e apenas 37% eram negros, dados de avaliação do Plano Nacional de Educação. Isso nos leva a crer que a matrícula no ensino médio é branca, urbana e, nesse sentido, excludente.

Em 2007, 41% das matrículas foram feitas no turno noturno, o que significa que há uma parcela muito grande de alunos trabalhadores, e a metade dos matriculados têm 18 anos ou mais, o que significa que são jovens que trabalham ou procuram trabalho. E a responsabilidade dessa oferta tem sido majoritariamente das unidades federadas, responsáveis por quase 86% das matrículas.

Se olharmos os dados de permanência, vamos ver que a taxa de repetência cresce, e aqui entramos na questão da qualidade. Ou seja, do ponto de vista da universalização, temos menos matrículas, que excluem negros e povo do campo.

Com relação à permanência, que diz respeito à qualidade, temos um crescimento da taxa de repetência, da taxa de evasão e do tempo médio de conclusão, que chega a 4 anos, o que significa que há pelo menos um ano de repetência, em média, nessa etapa da educação básica.

Quando olhamos as ferramentas de avaliação de qualidade, percebemos, com relação ao IDEB de 2007, que as escolas privadas alcançaram média de 5,6%, enquanto as públicas atingiram apenas a média de 3,2%, o que também é um indicador da precarização da qualidade.



Com relação aos dados do ENEM de 2009, os mil piores resultados foram obtidos por escolas públicas, e, desses mil piores, 98% são estaduais. Esses dados por si já são extremamente preocupantes no sentido de pontuar metas para todos nós relativamente à educação profissional, entendida como modalidade de educação média.

Os dados da PNAD que mostram a relação entre trabalho e escolarização são ainda muito mais preocupantes. Uma pesquisa realizada por Ribeiro vai mostrar que 52% dos jovens de 18 anos e mais inseridos na PEA não estudam. Essa taxa cai para 31% dos que têm até 17 anos.

Agora, o que é pior: em que pese tenha crescido o nível de escolaridade em nível médio da PEA, os jovens diminuíram o seu percentual de taxa de desocupação. Esse dado da pesquisa mostra o quê? A falácia da aposta de que a ampliação da escolaridade resulta necessariamente em aumento da taxa de empregabilidade. E isso precisa no mínimo de uma explicação. Por quê? Embora se tenha um acréscimo dos anos de escolaridade dos jovens trabalhadores, estes, quando analisados no segmento dos mais pobres, têm menos chances de ingresso no emprego. Então, os jovens que fazem médio e que são pobres não têm proporcionalmente a correspondente oportunidade de ingresso no mercado.

E aí o que os nossos estudos estão mostrando e que nos leva a pensar políticas mais radicais para tratar das questões do médio e da educação profissional? Estamos verificando em pesquisas desde 2004 uma inversão da dualidade. Até muito recentemente, tínhamos como entendimento que a educação profissional científico-tecnológica era para os pobres e que a escola média acadêmica, de caráter propedêutico, era para os filhos da burguesia ou das elites.

Hoje, cruzando a pesquisa da PNAD com os outros dados de pesquisa que temos, estamos verificando exatamente o oposto, ou seja, quando se disponibilizou ensino médio para os mais pobres, isso foi feito na versão desqualificada, o que traz para todos nós uma grande preocupação. Ou seja, oferta-se vagas em maior número para aqueles trabalhadores, mas geralmente vagas em modalidades ou período noturno, por exemplo, em que a qualidade desse ensino médio não é compatível com as exigências dos empregos disponíveis no mercado de trabalho.



Isso nos leva a mostrar que, de fato, a continuidade desse modelo não vai levar ao enfrentamento verdadeiro da exclusão tanto do emprego quando da escola média por conta daqueles mais pobres, filhos da classe trabalhadora.

Entrando um pouco na questão da formulação de políticas, então, para chegarmos à discussão de metas, algumas questões são relevantes. Primeiro, percebemos hoje uma tendência a tratar dessa clientela como juventude.

A primeira provocação que queríamos fazer é: não há juventude como categoria em abstrato. O que nós temos são diferentes juventudes, cujas necessidades e especificidades são marcadas pela sua origem de classe, como os dados da pesquisa da PNAD mostram, e nesse sentido nós precisamos ter políticas que compreendam essas diferentes formas de materialização da juventude, não tomando essa categoria como uma categoria em abstrato, como se todos na faixa etária da juventude fossem iguais ou tivessem as mesmas necessidades.

Em segundo lugar, as políticas, e, portanto, as metas do PNDE, primeiramente devem considerar a necessidade de que a concepção de educação básica, que hoje já figura em resolução do Conselho Nacional, de fato saia do papel para se materializar, na perspectiva do direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras, de todos os jovens, independentemente de sua origem de classe, cursarem um ensino médio e uma educação profissional de qualidade como direito e, portanto, como obrigação do Estado, e nesse sentido a questão da universalização do acesso, para nós, é uma política fundamental.

E em terceiro lugar, como já vimos, universalizar o acesso de uma oferta desqualificada não muda a realidade. O de que nós precisamos é investir pesadamente na qualificação da oferta do ensino médio e da educação profissional, na perspectiva da sua qualidade, como direito de todos os brasileiros e brasileiras.

Do ponto de vista de estratégias, a primeira questão que nós levantamos, na reunião que fizemos da ANPED, em Campinas, para discutir essas questões, é a seguinte: temos de passar a exigir diagnósticos consistentes e continuados, para que nós tenhamos uma base de dados que possa dimensionar adequadamente o problema e orientar as políticas públicas, senão nós vamos continuar a dar tiro no escuro.



Em quarto lugar, como estratégia fundamental, defendemos a renegociação do pacto federativo, buscando novas formas de cooperação entre os entes federados, tendo em vista a definição de metas realistas compartilhadas, no sentido de inverter essa situação da desqualificação e da não universalização do acesso. E entendemos que há necessidade de criarmos um fórum permanente para acompanhar e avaliar os indicadores a partir das metas. Nós entendemos que, se a sociedade civil não dispuser de dados, se as Unidades Federadas não tiverem metas renegociadas, a partir da revisão do pacto federativo, e nós sociedade civil e os Poderes Públicos não tivermos uma vigilância permanente, a partir de fóruns permanentes para acompanhar o cumprimento ou não dessas metas e redimensionar políticas e financiamento, nós de fato vamos ter dez anos de plano, porque ele não vai sair do papel.

Mais especificamente, nós não concordamos com a proposta de universalização no limite da faixa etária de 17 anos; nós entendemos que essa meta da atual versão do PNDE — e já encaminhamos emenda nesse sentido — tem de ser ampliada. Nós temos de buscar a universalização progressiva, independentemente da faixa etária. Se nós entendemos que eles ficam pelo menos quatro anos, que metade das matrículas são de alunos com mais de 18 anos, restringir a meta de universalização a 17 anos é absolutamente incompatível com a realidade tal como ela se coloca. Então, essa é uma questão que nós estamos levantando de uma forma muito incisiva. E com relação ao financiamento, que de fato nós possamos atingir 10% do PIB em 2014.

Quanto aos recursos públicos, entendemos que — aqui eu vou tocar numa questão delicada, mas é uma questão, para nós, de princípio — programas de educação profissional desvinculados de educação básica só podem ser admitidos como uma estratégia de compensação, por um tempo curto. Continuar a canalizar recursos públicos para programas curtos, fragmentados, cuja avaliação até agora não evidenciou sucesso, significa drenar recursos da esfera pública onde a educação média e profissional pode ser feita com qualidade. Então essa, para nós, é uma questão séria. Não estou falando do PROEJA, das modalidades do EJA, nem da modalidade do EJA-FIC, porque, pelo contrário, esses programas, embora chamados de programas de uma forma inadequada, hoje são incorporados ao



sistema educacional. Estou referindo-me a pseudoprogramas de educação profissional desarticulados de escolaridade, que não mudam efetivamente a possibilidade de acesso ao conhecimento, à cultura, à participação política e ao trabalho na nossa sociedade. Então, para nós, a rediscussão dos recursos públicos para o sistema público de ensino é um ponto bastante forte.

No nosso entendimento, também entendemos que os institutos federais precisam ter ampliadas as suas condições, para que de fato possam continuar com uma oferta com a qualidade que tem sido observada, relativamente ao PROEJA e ao PROEJA-FIC. E o que é que nós observamos? Eu sou pesquisadora dessa área. Os institutos federais não estão recebendo ainda, de forma suficiente, os recursos que são necessários para a ampliação devida da educação profissional, na modalidade regular e no PROEJA, integrada ao ensino médio, sequencial ou concomitantemente, para dar conta da tarefa histórica que se espera dos institutos federais. Eles precisam de mais professores, precisam de ainda mais recursos financeiros. As instalações cresceram, mas o problema de pessoal técnico-administrativo e o problema de professores ainda continuam extremamente sérios.

Com relação às modalidades de oferta pública, entendemos que o ensino médio integrado, tanto na versão regular como na versão PROEJA, para os jovens trabalhadores, deve ser a meta prioritária, em substituição a programas fragmentados. E mais: que se assegure a possibilidade de os jovens trabalhadores, principalmente os mais pobres, darem continuidade ao estudo na escola pública via modalidade técnica/tecnológica, bacharelados e licenciaturas, para o que nós precisamos de uma política mais incisiva de financiamento. Nesse sentido, o que é que nós queremos dizer? Não adianta imaginar que basta o médio integrado, mesmo que de qualidade, para os jovens trabalhadores. Eles precisam ter assegurado o seu direito à continuidade de estudo em outros níveis.

E há necessidade de metas claras acerca de políticas de assistência ao estudante — gratuidade assistida, bolsas, alimentação, apoio pedagógico, moradia e transporte —, porque uma das questões que nós temos levantado é: será que, se aumentasse pura e simplesmente o número de vagas para os jovens trabalhadores e filhos da classe trabalhadora, isso significaria que eles preencheriam essas vagas



espontaneamente? Será que o problema é só o número reduzido de vagas? Não será também problema a impossibilidade real de esses jovens que trabalham de fato frequentarem a escola média e a escola profissional? Então, não basta pensar só o lado da expansão da oferta, embora ele seja essencial; é preciso que se garantam condições junto às empresas, para que ele tenha alguma redução de jornada, para que tenha bolsas, como agora é a proposta da Presidente Dilma, para que ele de fato tenha asseguradas as condições de ingressar e permanecer na escola, mesmo que noturna, enquanto trabalha.

E, finalmente, quero deixar claro que, embora por muito tempo muitas pessoas tenham entendido que a escola única é uma escola igual para todos, nós precisamos ter consciência de que a escola será igual não pela sua proposta pedagógica; ela será igual quando garantir oportunidades de acesso e a mesma qualidade, independentemente da classe social de cada um dos seus alunos; e, nesse sentido, tratar o diferente segundo as suas necessidades, segundo as suas especificidades e diversidades, é a sinalização para que todos, respeitadas as diferenças, possam ser iguais como sujeitos de direitos. Continuar ofertando uma escola média precária, de fato, mesmo que assegure o certificado, não assegura a mudança das condições de vida daqueles filhos dos trabalhadores e daqueles mais pobres.

Então, nós temos aí pela frente, na revisão dessas metas, algumas tarefas extremamente importantes, no sentido da democratização e da construção de um País mais justo e mais igualitário, respeitadas as diferenças e necessidades de todos.

Muito obrigada, e desculpem-me ter passado do tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu que agradeço à senhora. Vamos prosseguir.

Em seguida vai falar a Profª. Regina Maria. Regina?

A SRA. REGINA MARIA DE FÁTIMA TORRES - Já estou aqui. Já estou a postos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem o mesmo tempo, 15 minutos.



A SRA. REGINA MARIA DE FÁTIMA TORRES - Deixe-me cumprimentá-lo, Deputado, e dizer da nossa satisfação de estarmos aqui representando a Confederação Nacional da Indústria, mais diretamente o SENAI, que é uma instituição que já tem aí 7 décadas de atuação em educação profissional, estabelecendo uma certa vinculação com todo o sistema educacional, no sentido de fazer as passarelas que são necessárias dentro da estrutura básica da educação básica do País e da educação profissional, que se vale, obviamente, dos conhecimentos básicos e científicos desenvolvidos no âmbito da educação básica, para que possa haver aí todo o entendimento da complexa trama de conteúdos hoje existentes no mundo tecnológico, no mundo relacionado à produção industrial.

Então, eu vou deixar bem claro que a minha fala será caracteristicamente a fala de uma instituição que ao longo destas 7 décadas conseguiu, de uma maneira bastante intensa e ampla, construir neste País uma inteligência, uma indústria forte, uma indústria competitiva, fazendo aí um processo sólido de educação profissional, nas várias formas que hoje a LDB nos faculta, em relação a esses movimentos da educação profissional. Portanto, eu quero agradecer por este espaço; vou trazer aqui alguns números e um cenário rápido, mundial, do que vem a ser o comparativo entre países desenvolvidos e os BRICs, no que diz respeito a desenvolvimento de pessoas, no que diz respeito à educação profissional e à ampliação, vinda pela absorção de novas tecnologias trazidas por imposição do setor produtivo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, eu gostaria de apenas de enunciar alguns números, que foram os nossos números últimos no ano de 2010

O SENAI atendeu a 2.500.000 cidadãos, no que diz respeito à formação inicial, abrindo-se aí um nicho para a qualificação profissional, neste País, de mais ou menos 1.015.000 matrículas, seguida da formação continuada, que dá a necessária competitividade aos trabalhadores deste País e aos cidadãos que buscam aperfeiçoamento e atualização, dentro dos novos desafios tecnológicos por que estamos todos passando, quer no que diz respeito às tecnologias maduras, quer no que diz respeito às tecnologias novas, de fronteira, a que estamos aí voltados, para absorvê-las e transferi-las para o mercado produtivo, tais como a nanotecnologia, a biodiversidade, a biotecnologia, as questões ambientais que



precisam permear vários setores tecnológicos, hoje mapeados, por meio de uma classificação brasileira de ocupação que precisa ser atualizada, em mais ou menos 29 setores tecnológicos, divididos em mais de 370 áreas dentro da educação profissional.

Então, nós queremos referendar este momento muito propício do projeto de lei do Plano Nacional de Educação, e estamos, aqui nesta Comissão, pontuando o mérito que nos traz, neste momento, o Plano Nacional de Educação, fazendo com que todo o País reflita sobre as questões mais estratégicas que redundam do nosso sistema educacional. Nós temos acompanhado os debates desde a CONAE, participamos de todas as discussões, das deliberações, na Conferência Nacional de Educação, que em última análise abriu o caminho para a estruturação do PNE, e estamos engajados nas audiências públicas nos Estados também, levando um pouco da nossa contribuição.

Então, vou fixar-me nos aspectos relacionados ao fortalecimento das redes públicas e privadas de educação profissional, entendendo que somos hoje no País, o SENAI, no âmbito do sistema de educação profissional do Ministério da Educação, uma instituição que cuida da educação profissional num percentual de atendimento de 52% a 53% do que se faz de educação profissional no País, que fica sob a responsabilidade do SENAI.

E eu só gostaria de me levantar um pouquinho para dar uma olhadinha ali na tela, para fazer uma pontuação rápida sobre uma pesquisa do World Economic Forum, de 2009, que contextualiza o Brasil no cenário mundial de competitividade. Então, nós temos aqui nessa linha — deixem-me pegar o *mouse* ali, só para... —, nessa linha aqui assim, as pontuações de renda *per capita*. Aqui, é de 0 a US\$ 2 mil a renda *per capita*; aqui de US\$ 2 mil a US\$ 3 mil; aqui, de US\$ 3 mil a 9 mil; e aqui, de US\$ 9 mil a US\$ 17 mil. À medida que, nos países, vai ampliando-se a renda *per capita* dos seus cidadãos, há uma transição em relação a aspectos econômicos; eles passam de uma economia baseada em fatores de produção para uma economia em eficiência e — a mais elaborada — uma economia baseada em capacidade de inovação. O Brasil está aqui, com mais 29 países, entre US\$ 3 mil e US\$ 9 mil de renda *per capita*, acompanhado da China, da Rússia, do México e da África do Sul.



Vamos ao próximo. Num contexto global de capacitação, nós vemos aí que o Brasil está em 58º lugar, na questão relacionada à capacitação. Vamos ler “capacitação” como um termo genérico, que apropria todas as ações de educação profissional. E vemos aí o número de anos que são apropriados em cada um desses países.

Aqui temos, basicamente, seis indicadores. O nº 1 é o da qualidade do sistema educacional desses países: Alemanha, Japão, Estados Unidos e Canadá; eles aproximam-se um pouco. E aí nós temos, comparativamente, o Brasil, que é o traço escuro, preto, mais central. Em relação à qualidade do sistema educacional, nós estamos bem para dentro dessa teia. Depois temos: a qualidade de educação, mais diretamente vinculada à matemática e à ciência; a qualidade das escolas e da gestão dessas escolas; o acesso à Internet — é o nº 4 — nas escolas, em que vemos que países como Estados Unidos e Canadá quase pontuam o mesmo indicador; a disponibilidade de serviços de treinamento de alta qualidade, que é o indicador nº 5, em que se destaca o Japão, seguido pelos Estados Unidos e pelo Canadá; e a extensão de investimentos das empresas em treinamento de empregados. Então, verificamos que em países desenvolvidos há uma prática constante no sentido de se atribuírem a responsabilidade também do desenvolvimento do seu capital humano. E aqui vemos os países do BRIC; o Brasil continua ali, representado pela linha preta, e temos aí um distanciamento grande da Rússia, da Índia e principalmente da China, que têm uma capacidade de respostas mais favoráveis em relação a esses indicadores.

Vamos ver agora a situação de oferta de cursos técnicos e vocacionais no mundo em relação ao denominador de 100 mil habitantes. O Brasil está hoje numa posição de atender a 588 matrículas para cada 100 mil habitantes. E a Austrália, que é o *top* nesse *ranking*, está, como vemos aí, com 4.873 matrículas para cada 100 mil habitantes, reforçando a lógica de que a educação profissional tem de estar vinculada a necessidades claras das áreas econômicas de um país, deixando de ser uma oportunidade universal, mas apontando para uma oportunidade a que todos podem ter acesso, desde o momento em que haja uma escolarização suficiente para que venham a desenvolver competências que sejam direcionadas para o trabalho.



Vamos ao próximo. Agora mostramos, na disponibilidade tecnológica, toda a capacidade de absorção das tecnologias, da introdução desses processos nas linhas produtivas da indústria. E aqui eu falo eminentemente da indústria: nós vemos aí a Alemanha, no *ranking*, em 10º lugar; vemos depois, na continuidade, o Brasil, em 54º, junto com alguns países, como os do BRIC, Rússia, China e Índia, ainda num processo mais longo de absorção de novas tecnologias, porque são países que focalizam as suas necessidades produtivas e atuam na busca e no desenvolvimento das tecnologias que vão dar soluções a essas políticas que são traçadas em relação a setores e áreas que pretendem ver de maneira mais desenvolvida.

E, por último, mostramos também um gráfico com a disponibilidade tecnológica; então, vemos aí, quanto ao item 1, que são as tecnologias de ponta, quais são os países desenvolvidos, ainda tratando ali dos quatro que vimos, da mesma maneira, nos aspectos relacionados à educação. E vemos que a outra face dessa dimensão, a da tecnologia, é a absorção de tecnologia pelas empresas, que é o item 2, quase extremada, colocando-se Japão, Estados Unidos e Canadá em pontuações muito próximas. O Brasil já se alarga um pouco, principalmente no que diz respeito à transferência tecnológica, à absorção de novas tecnologias. E quanto ao número de usuários de Internet, que é o item 4, também vemos que nos países desenvolvidos há um certo equilíbrio, e o Brasil, comparadamente a eles, ainda precisa avançar bastante. Em relação aos BRICs o Brasil coloca-se em uma situação um pouco mais confortável, nesse item 4. Em assinaturas de bandas largas, item 5, vemos aí que há uma *performance* bastante interessante dos países desenvolvidos. E aí vamos para telefonia fixa e telefonia móvel, itens 7 e 8, respectivamente, que traduzem um avançar muito claro de Rússia, China e Índia, ficando atrás o Brasil.

Quer dizer, essa é apenas uma abordagem para que nós possamos pontuar que precisamos, sim, fortalecer as redes privadas e públicas de educação profissional, criando essa sinergia e esse movimento bastante articulado. Falamos muito aqui na questão da integração dos processos de educação básica e educação profissional. Temos aí uma vasta experiência, o SENAI, em atuar com a articulação, fazendo parcerias com instituições públicas e com instituições da rede privada, para que essas redes desenvolvam a educação básica e o SENAI, então, entre com o



foco, com aquilo que sabe fazer — e tem competência —, que é desenvolver a educação profissional, dentro de itinerários formativos, com um processo de informação profissional, que é um outro aspecto que entendemos ser da maior importância.

Temos aí os 29 setores mapeados, com os profissionais existentes nesses setores, e quais são as possibilidades de ampliação de competências e de conhecimento nesses setores, à medida que esses cidadãos ou trabalhadores passam por um processo de informação profissional e estabelecem um percurso para o desenvolvimento do seu plano de educação profissional, um plano que traga garantias mais sólidas de inserção e de possibilidade de produção no mercado de trabalho, portanto alinhado aos desafios produtivos do País, das indústrias deste País.

Eu não vou alongar-me mais. Vou deixar os detalhes para as perguntas, depois, se houver. Mas nós gostaríamos de pontuar ainda dois aspectos, em que comungamos aí, como fundamentais: primeiro, a visão da qualidade no processo de educação, e aí, de uma forma mais abrangente, desenvolvendo-se as oportunidades de maneira concomitante ou subsequente entre educação básica e educação profissional; e estamos engajados nessa busca incessante da valorização dos profissionais, da capacitação dos profissionais que têm a responsabilidade de animar esse processo de educação profissional, que são os docentes, e mais os outros tão importantes profissionais que fazem parte hoje das equipes técnico-pedagógicas que aparecem como necessárias, imprescindíveis em qualquer escola, seja na educação básica, seja na educação profissional.

É nesse sentido que a gente vem caminhando, com capacitações frequentes, planejadas, e a mensuração, por mérito, dos indicadores que definimos como sendo aqueles mais importantes para a educação profissional que desenvolvemos em todo o País, indicadores esses que nos dão a permanente solicitude na melhora dos nossos processos de educação profissional, indicadores que hoje transitam em vários países da América Latina, trazendo assim a possibilidade de comparação da qualidade daquilo que realizamos em educação profissional.

Eu agradeço o espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dra. Regina.



Vamos ouvir agora o Ministério da Educação. Vou passar aqui a palavra à Dra. Simone, que é Diretora de Políticas para a Educação Profissional e Tecnológica. Agora vamos providenciar aqui uma maneira mais confortável para a senhora falar. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE VALDETE DOS SANTOS - Boa tarde a todos e a todas. Eu cumprimento aqui Angelo Vanhoni, o Deputado, e cumprimento todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Quero dizer que com muita honra eu represento o Ministério da Educação, o nosso Ministro Fernando Haddad e o nosso Secretário de Educação Profissional e Tecnologia, Prof. Eliezer Pacheco, que está em outra audiência aqui, sobre o PRONATEC, no mesmo horário, e por isso a minha presença aqui, eu que sou professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente licenciada das atividades da universidade para ocupar essa função de Diretora das Políticas da Educação Profissional na SETEC, no MEC.

Então, em primeiro lugar, eu trouxe aqui as duas metas, minha fala é no sentido de trazer as duas metas da educação profissional e tecnológica, que estão no texto do PNE, e ressaltar para os senhores e para as senhoras que nós vemos, no Ministério da Educação, a possibilidade de concretização dessas metas em 10 anos. A primeira, a meta 10, é a oferta de 25%, no mínimo, das matrículas de EJA, de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada, ou articulada, como consta na LDB, à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

E aqui eu gostaria de parabenizar os Deputados que organizaram esta Mesa. A Prof^a. Acácia Kuenzer é uma referência na educação profissional e tecnológica. E, como ela disse, a pedagogia da fábrica constituiu a minha formação, lá nos anos 80, quando eu comecei também, no início da minha graduação, já em 1992, a ler sobre educação profissional e representação do SENAC e do SENAI. O SENAI pontua que é ensino privado, e eu concordo. Só que hoje, pela forma como estamos vendo no PRONATEC, até o cumprimento das nossas metas, temos o acordo de gratuidade com o Sistema S. Fechamos, em 2010, cerca de 300 mil matrículas gratuitas na modalidade de formação inicial e continuada e formação técnica de nível médio com o SENAI e o SENAC. Isso foi no nosso governo, no mandato do Presidente Lula, mas estamos dando continuidade agora.



Falando do cumprimento das metas, enxergamos o Sistema S como um grande parceiro em função da meta da gratuidade. Só com o PRONATEC, pretendemos chegar, em 2014 — é evidente que não colocamos o PRONATEC para dentro do PNE, porque o PNE tem dez anos —, com 66% das matrículas do Sistema S com gratuidade. Essa é uma grande meta da Presidenta Dilma e uma retomada do sentido da gratuidade do Sistema S, que começou lá com Vargas — nós devolvemos o sentido.

Esses 25% são as matrículas da EJA. Atualmente na EJA são 3 milhões e 800 mil matrículas — apenas observando o que a Profa. Acácia pontuou do sistema. Hoje temos também o SISTEC, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica — a Profa. Acácia vai disponibilizar para os pesquisadores, ainda não alcançamos o SISTEC na consulta. Hoje temos todas as matrículas do Sistema S, técnico e também o FIC, todas as matrículas da rede federal e estadual de educação profissional, o que garante um acompanhamento inclusive da evasão ou da continuidade desses estudantes.

Começamos a usar esse sistema em 2008. Hoje o PRONATEC vai ser um sistema muito importante, na medida em que vai creditar as instituições privadas para o FIES, para o financiamento. Acreditamos que ele será ampliado, porque temos a oferta do Sistema S colocada no SISTEC, mesmo a não gratuita, a que o Sistema S aderiu. Agora, em São Paulo, que tem uma oferta importante de educação profissional, ainda não está colocada; alguns Estados não colocaram ainda; boa parte da educação privada também não está no SISTEC. Acreditamos que agora, com o PRONATEC, em função do financiamento, vamos conseguir alcançar melhor número. Por isso a Profa. Acácia falava da necessidade dos dados.

Na EJA, pretendemos, então, em 2020, chegar a 950 mil matrículas. Estamos colocando no mínimo 25% da oferta articulada e integrada: a educação profissional articulada, quando é na forma concomitante, e integrada, quando se consegue integrar.

Verificamos que cerca de 60 milhões de pessoas no Brasil não conseguem acesso à educação básica — sou uma pesquisadora de EJA, que atuou em classe de EJA e deu aulas em fábricas; minha formação de mestrado foi pesquisa de fábricas — e também que os trabalhadores sempre procuram a formação para o



emprego, para tentar uma colocação melhor para trabalhar de forma menos insalubre.

Então, a importância dessa meta vai envolver o PROJOVEM, os sistemas estaduais que ofertam ensino médio, a EJA e os sistemas municipais, que ofertam fundamental e, evidentemente, o Brasil Alfabetizado, que é o nosso programa.

Claro, não colocamos esse nome na meta de programas, como disse bem a Profa. Acácia, mas essa meta de, no mínimo, 25% das matrículas, é a importância do aumento da elevação de escolaridade integrada à educação profissional.

A nossa outra meta, que está dentro do PNE, a meta 11, é a duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta. Hoje, temos cerca de 1 milhão 140 mil matrículas no ensino técnico. Temos a modalidade subsequente, que é quando o estudante faz a educação profissional após a conclusão do ensino médio; a modalidade concomitante, em que o estudante, fazendo o ensino médio, matricula-se num curso de educação profissional; e a modalidade integrada, que, na nossa compreensão de governo, é a mais adequada para a nossa juventude trabalhadora. A nossa juventude trabalhadora precisa, dentro do ensino médio, ter também uma formação profissional, para, depois, pensar no que faz e nas possibilidades do ensino superior.

Claro, em algumas áreas da saúde — hoje temos um grande diálogo com o Ministério da Saúde, no nível técnico, saúde é mais complicado, porque as formações exigem maioria —, a modalidade integrada é mais complicada pela exigência da maioria. Agora, nos outros eixos tecnológicos, que não a área da saúde, é perfeitamente possível esse jovem, sabendo do que trata o curso técnico, fazê-lo na modalidade integrada.

Dentro dessa meta, prevemos a expansão da rede federal. Como bem disse a Profa. Acácia, precisamos qualificar a questão do número de docentes na nossa rede federal. Hoje ouvi uma grande disposição do Planejamento de que conseguimos a expansão das nossas 2001 novas unidades, cujas cidades, em breve, a Presidenta Dilma vai anunciar. Nessa nossa nova expansão, temos áreas de fronteiras. Por isso a importância da nossa integração com a América Latina — áreas de fronteiras, territórios da cidadania. Teremos unidades da rede federal em lugares a que nunca infelizmente, e até então, nós tínhamos chegado como



educação federal. Então, vamos chegar em áreas dos territórios da cidadania em cidades com 50 ou 100 mil habitantes.

Quanto à expansão das 201 novas unidades que estão no escopo do PRONATEC, a nossa ideia é chegar, em 2020, a cerca de mil — e aí anotei esse dado do SENAI, para que possamos fazer essa projeção populacional só das matrículas. Vamos fazê-lo e entregá-lo para os senhores em outro evento.

Gosto da metáfora usada por uma colega: a gente se prepara para o baile, e nunca é o suficiente. Também me preparei com os dados, mas eles nunca são suficientes. Quanto à expansão da rede federal, chegamos a 240 mil e 700 matrículas. Com a nossa expansão agora, pretendemos chegar a 552 mil matrículas.

No escopo, com o Brasil Profissionalizado — estou falando de matrículas presenciais, das 552 mil matrículas que são presenciais —, no ETEC Brasil, que é o nosso programa com matrículas a distância e mais o acordo com o Sistema S, a nossa ideia é chegar aos 2 milhões de matrículas em 2020 — nessa modalidade técnica que envolve, quando se fala, vou repetir, subsequente e concomitante.

Hoje, a nossa meta, com o PRONATEC — por isso falei da exequibilidade da ideia do PNE —, é chegar a 8 milhões de matrícula, em 2014, em tudo o que envolve o PRONATEC, a saber: as matrículas da FIC, Formação Inicial e Continuada; as matrículas de nível técnico; as matrículas do ETEC Brasil e o Brasil Profissionalizado, que são as redes estaduais que estão revitalizando seus convênios com o Ministério da Educação.

Sabemos da necessidade de o Brasil investir em educação profissional. Foi uma grande distorção o Brasil investir em nível superior e não em educação profissional.

O Brasil investiu pouco, não estou dizendo que não investiu. Essa é a recuperação que realizamos com as metas do PNE: a duplicação das matrículas, que hoje estão em torno de 1 milhão 140 mil, e, em 2020, passarão para cerca de 2 milhões.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vamos fechar essa primeira fase das exposições.



Deputado Dr. Ubiali, já fiz a leitura da sua indicação como membro titular da Comissão. Seja muito bem-vindo.

Concedo a palavra à Dra. Anna Beatriz, do SENAC.

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Boa tarde, senhoras e senhores.

Como o SENAC atua há cerca de 70 anos em educação profissional e está alinhado às metas estratégicas da educação, eu gostaria rapidamente de passar alguns dados com relação a nossa atuação.

O SENAC oferece curso de educação profissional em oito eixos tecnológicos. São eles: hospitalidade e lazer; ambiente, saúde e segurança; gestão em negócios; informação e comunicação; produção cultural e *design*; infraestrutura; recursos naturais e produtos alimentícios. Hoje, em nosso catálogo, há 800 títulos de cursos, sendo que, desses, 56 são técnicos.

A educação profissional está dividida em três modalidades. Primeiro, formação inicial e continuada, que realiza cursos de aprendizagem, de capacitação profissional, de aperfeiçoamento, programas socioprofissional, programas socioculturais e programas instrumentais.

Segundo, formação técnica de nível médio com qualificação e habilitação técnicas vinculadas justamente à formação do Ensino Médio.

Enfim, o Ensino Superior, que são os cursos dos nossos tecnológicos, especialmente a pós-graduação *latu senso*, especialização mais focada para as demandas do mercado de trabalho.

Na verdade, esses eixos e modalidades estão alinhados numa perspectiva de itinerários de profissionalização. Ao público é apresentada a possibilidade de progressão dos estudos.

Existe uma relação dos cursos dentro de cada eixo apresentados de uma perspectiva de progressão de estudos, que vai da capacitação, passa pela especialização técnica e chega ao nível superior. É uma educação profissional em todos os níveis de ensino.

O SENAC participou das discussões do Plano Nacional de Educação desde 2009, quando promoveu teleconferência no Departamento Nacional, que contou com



a presença de uma série de nomes importantes que estavam, naquele momento, debatendo o tema — o Plano Nacional de Educação.

Participaram o Prof. Francisco das Chagas Fernandes, Secretário-Adjunto do MEC; a Deputada Maria do Rosário, então Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e atual Ministra dos Direitos Humanos; o Senador Flávio Arns; o Deputado Federal Paulo Rubem Santiago; o ex-Conselheiro do SENAC, Prof. Carlos Roberto Jamil Cury; o Prof. Luiz Fernando Dourado. Enfim, uma série de nomes foram chamados e, no início de 2009, apresentaram ao SENAC, no sistema de teleconferência, que tem 400 pontos em todo o Brasil, e em cada Estado os SENACs estaduais chamaram representantes da educação, do governo, de sociedade organizada, para iniciar o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Depois o SENAC esteve envolvido como membro organizador da Conferência Nacional de Educação — CONAE, cujo tema era discutir o Plano Nacional de Educação.

Enfim, membro estamos, desde aquele momento, discutindo o Plano Nacional de Educação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Agora vou apresentar o alinhamento do SENAC com o Plano Nacional de Educação.

A primeira diretriz do PNE é a questão da superação da desigualdade. Nesse caso, o SENAC considera a capacitação como uma forma de inclusão. No plano estratégico do SENAC, nós temos essa meta na nossa diretriz promoção social, nessa perspectiva.

Nessa perspectiva de capacitar e incluir e promoção social, que tem um vínculo direto com essa diretriz da colaboração do término da desigualdade social, é importante chamar atenção com relação ao protocolo de compromisso que foi firmado e que gerou o programa SENAC de gratuidade entre o MEC, o MTE, o Ministério da Fazenda, CNC, SENAC, SESC, também no final de 2008.

Eu gostaria de citar alguns dados. Na verdade, acho que todos os senhores devem ter conhecimento de que o pré-requisito para participar do programa é que o aluno tenha dois salários mínimos *per capita* de renda familiar e que seja egresso ou esteja participando da educação, que seja aluno da educação básica.



Em 2009/2010, nós tivemos o atendimento total de 410 mil alunos. Esses cursos são de capacitação técnica e aprendizagem e aperfeiçoamento profissional também. Mas o foco prioritário, eu posso afirmar, é capacitação e técnica.

A meta até 2014, só no programa SENAC de gratuidade, é atender justamente a esse público vinculado à meta de inclusão social do Governo de cerca de 1,5 milhão de alunos. Então, através de um programa próprio das instituições do Sistema S, baseados num acordo com o Governo, estamos atuando de forma a colaborar com o Plano Nacional de Educação.

Eu gostaria de destacar também como as diretrizes do PNE estão alinhadas ao SENAC, principalmente qualidade ensino, sustentabilidade socioambiental e promoção humanística científica, cultural e tecnológica. Na verdade, essas são diretrizes comuns presentes no estatuto do SENAC, no regulamento do SENAC, nos programas.

O SENAC desenvolve diferentes programas que atendem a todos os seus alunos em todos os Estados: Programa Tecnologia Educacionais, Programas de Formação de Formadores, Programa Nacional de Educação Ambiental e Programa Ecos, que é um programa de gestão ambiental, Programa Nacional de Educação Inclusiva, Programa de Educação Aberta via rádio.

Esses tantos programas, mais o PSG, mostram o quanto há um alinhamento entre SENAC e Plano Nacional de Educação.

Eu gostaria de destacar o quanto atingir no desenvolvimento e no alcance de metas outras que não aquelas vinculadas à educação profissional, mais especificamente as metas vinculadas diretamente à educação profissional, as metas 10 e 11. Eu gostaria de mencionar que todas as demais metas de alguma forma estão vinculadas com a educação profissional, na medida em que elas tratam do desenvolvimento da educação básica, da educação média, da necessidade de avaliação da educação, da necessidade de impulsionar a educação em toda a educação formal.

A educação profissional tem uma vinculação direta com a educação formal, conforme colocou a minha colega Regina Torres. A educação profissional tem como base a educação formal. A capacitação profissional são cursos de 160 horas, que são chamados de formação inicial e continuada, que demandam do aluno algum



conhecimento, a realização de alguma parte da educação formal, do ensino fundamental. Muitas vezes, apenas 2 anos de ensino fundamental, mas, de qualquer forma, há uma relação direta.

No nosso ponto focal, o que nos interessa, que é o desenvolvimento do ensino médio, educação técnica, isso então nem se fala. Há uma relação direta entre os Estados que têm bons indicadores de educação profissional e os índices de educação do ensino médio.

Na verdade, não há uma relação necessária e direta, mas obviamente há uma relação estabelecida, já que, para que o aluno possa cursar um curso de educação profissional técnico, é preciso estar cursando o ensino médio. Então, é evidente que há uma articulação.

Com relação às duas metas específicas de educação profissional, as metas 10 e 11, eu gostaria de fazer um destaque. Destaco especialmente as metas 11 e 16, que tratam da formação de professores de educação básica em nível de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, para garantir a formação continuada em sua área de atuação.

Na verdade, é o que hoje a mídia está tratando, e nós todos sabemos na área da educação, que é o chamado "apagão dos professores", apagão de mão de obra para o ensino. O Plano Nacional de Educação, de alguma forma, procura dar conta disso em uma determinada meta, que é a necessidade de formação de professores para atender todas essas necessidades da educação.

Com relação a essas metas e estratégias vinculadas à educação profissional: fomentar a produção de material didático, desenvolvimento de currículos e metodologia específicas para avaliação; proceder à formação continuada de docentes que atuam na educação de jovens e adultos, articulados com a educação profissional; fomentar a oferta de cursos técnicos a distância, garantindo a democratização do acesso; e, por fim, proceder à vinculação da educação profissional com os arranjos produtivos locais.

Destaquei essas duas metas com relação à educação profissional e essas três estratégias de educação profissional porque, às vezes, é mais importante focar. No SENAC, diretamente vemos como podemos contribuir — e já estamos contribuindo — para essas metas. São muitas as metas do Plano Nacional de



Educação, mas é importante se ter um recorte, na medida em que trabalhamos com educação profissional e já temos um conhecimento um desenvolvimento, programas e *know-how* em determinados segmentos. Por isso que eu fiz esse recorte com relação a essas metas e a essas estratégias.

Como estamos contribuindo do ponto de vista quantitativo? Até 2014, como eu mencionei anteriormente, a meta é incrementar em 50% o número para ensino técnico de nível médio. Então, a perspectiva do SENAC é, até 2014, incrementar em cerca de 400% o número de matrículas nos cursos técnicos gratuitos, tomando como base o ano de 2010. Em 2010, nós tivemos 19.910 mil alunos nos cursos técnicos gratuitos; em 2014, portanto, a meta é chegar a 80 mil alunos. Isso, sem mencionar o PRONATEC, que é um programa que estamos rearticulando com o Governo para definir números e metas de atendimento.

Com relação a uma análise qualitativa, de que forma qualitativamente poderíamos contribuir nesse recorte específico que mencionei, podemos dizer que certamente contribuiremos, na expansão da produção de multimeios, na formação de formadores e na modalidade educação a distância.

O SENAC, há 20 anos, conta com centros de produção de rádio e TV e centro de produção editorial. São quatro editoras. Temos no catálogo 1.075 livros didáticos e paradidáticos, 131 vídeos educativos e 55 teleconferências no nosso programa de teleconferência. A meta é expandir esse volume de materiais que poderão ser utilizados não somente dentro da instituição, como também em parcerias, para outras instituições de educação profissional.

A expansão do programa de formação de formadores é também uma contribuição a ser dada. O SENAC tem um curso de especialização para docência para educação profissional, na modalidade a distância, que tem 420 horas. De 2010 a 2012 nós vamos formar 5 mil alunos do SENAC. É um curso focado na docência, na forma como se pode subsidiar o docente no desenvolvimento daquelas competências que ele precisa desenvolver em sala de aula, dando apoio a eles, apresentando uma diversificada série de metodologias que estão colocadas à disposição. Ele tem três ambientes para desenvolver esse curso: um ambiente chamado LMS, que é um ambiente *on-line*. Ele tem a comunidade virtual de prática, onde se encontram todos os docentes do SENAC para discutir e definir as boas



práticas, e ele tem o próprio laboratório que é a sala de aula. Ele faz o curso enquanto ele está na sala de aula. A sala de aula é o laboratório para aplicar o que está aprendendo no curso.

Então, de alguma forma, pretendemos, é nossa intenção que esse curso possa ser oferecido em diferentes versões, mas com base nessa metodologia para apoiar o desenvolvimento na formação de formadores.

Cabe destacar que é uma meta do SENAC o desenvolvimento de cursos técnicos a distância, mas nós encontramos um entrave com relação à própria autorização dos Conselhos Estaduais. É preciso autorização de Conselhos Estaduais para a oferta de ensino técnico a distância. Isso dificulta a operacionalização e até mesmo investimento em cursos técnicos a distância, que têm mais de 800 horas a distância e precisam ser baseados em tecnologia de informação e comunicação. É um custo alto. Mas o interessante seria, não só em questão de custo, mas até na própria dinâmica do desenvolvimento do curso, adotar programas que possam ser oferecidos em todo o Brasil.

Por isso, seria interessante que os Conselhos Estaduais chegassem a um acordo com relação à possibilidade de oferta nacional de cursos técnicos a distância. Por enquanto, como nós encontramos esse entrave, temos uma produção ainda pequena, mas a nossa intenção é ampliar os cursos técnicos a distância.

Cumpramos registrar que também é uma meta do SENAC a questão da vinculação com os arranjos produtivos locais. Hoje nós temos dois Estados, Ceará e Pernambuco, que já estão trabalhando nessa linha. Eu fiz um recorte mais específico com relação ao que o PNE está propondo e como o SENAC de alguma forma, baseado em seus programas existentes, está dando conta de atender a algumas dessas metas, como poderá ampliar e como, do ponto de vista da análise qualitativa, podemos colaborar para o desenvolvimento de algumas estratégias colocadas no PNE.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Muito obrigado.

Solicito ao Deputado José Linhares que presida a reunião, porque vou fazer uma pergunta e, logo após, terei de me retirar para um pequeno compromisso. Logo volto.



A minha pergunta, na realidade, é uma provocação. Uns dias atrás, nós tivemos dois grandes especialistas aqui que analisaram o processo educacional brasileiro e também a questão do mundo do trabalho. E, nessa discussão, se não me engano, o Prof. Schwartzman abordou de forma muito interessante e instigante as necessidades do Brasil hoje.

Incorporamos, nos últimos 7 anos, 28 milhões de pessoas a uma nova classe. Houve uma ascensão social muito grande e muito rápida no Brasil nos últimos anos. Ele defendeu, com muita perspicácia, certa falência do ensino médio no Brasil. E abordou isso levando em conta a questão do ensino profissional. Eu vou tentar reproduzir — não sei se os Deputados estavam presentes, mas, se puderem, me corrijam — a arquitetura do conceito desenvolvida pelo professor aqui de que nós construímos o ensino médio no País com determinação e formação para endereçar o conjunto dos jovens a ter uma profissão de nível superior. notadamente, ao longo da história, o Brasil não conseguiu oferecer curso de formação profissional de nível superior para a grande maioria da juventude.

O ensino médio, na sua grande extensão, é um limbo existencial em que se encontra o jovem a partir dos 15 anos até os 17 anos de idade. Se não teve nenhuma decisão na vida, não deu nenhuma continuidade, ele não volta mais, ou seja, ele entra no caminho do absurdo.

Ele desenvolveu a tese, diante das novas mudanças tecnológicas e da velocidade da transformação que ocorre no nosso meio, de que deveríamos fazer uma ruptura com a metodologia, com o sistema educacional vigente, mudar a grade curricular. O ciclo de formação hoje, geral, básica e acadêmica, deveria estar consolidado até os 15 anos de idade. A partir dos 15 anos de idade, o jovem teria condições de optar por um curso profissionalizante. E, da maneira como estão até hoje concentradas as políticas públicas de cursos profissionalizantes, combinados com o ensino médio, nas afirmações do Prof. Schwartzman, na realidade, é uma grande enganação, é um grande engodo.

Não há condição de fazer uma grande formação de nível médio profissionalizante de capacitação mesmo tendo o volume de horas curriculares também para o ensino de formação acadêmica. Ele chegou a afirmar que era



necessário uma ruptura constitucional, aprofundar uma radicalização e apontar um novo modelo de ensino médio no Brasil, dando essa opção.

Nós não entramos muito nesse debate, não sei como foi a participação de outros Deputados, mas eu lembro que abordei a questão nesse sentido.

Eu gostaria de saber o que a Profa. Acácia, Simone, Rita ou Anna acham dessa provocação. Dizem que o jovem, aos 15 anos de idade, deveria estar pronto em todos os conteúdos de base humanística, que, até os 17 anos, nós estaríamos consolidando na formação do jovem. Essa é uma visão que nós temos ligada ao passado. É possível fazer isso até os 15 anos, dada a velocidade de informação que temos no mundo da formação fora da escola por meio de novas tecnologias.

Ele disse mais ou menos que hoje um garoto de 13 anos de idade, por intermédio do computador, das novas plataformas, comunica-se com conteúdos com o jovem de Nova Iorque. Ele sabe o que culturalmente está acontecendo em Nova Iorque ou em outro país. Ele tem a possibilidade de vivência muito maior de conhecimentos do que tinha um jovem cerca de 40 anos atrás.

Ressalte-se que nós continuamos pensando a estrutura do ensino brasileiro, de transmissão de conhecimentos de um caráter mais humanístico, de formação geral, que nós conceituamos de maneira correta a formação para a cidadania até os 17 anos de idade. Queremos trazer o mundo do trabalho com especificidade, com conhecimento mais apropriado das tecnologias, o que de certa maneira é quase impraticável, diante da necessidade que nós temos de uma grade curricular muito extensa.

Essa é uma provocação, e vou ouvi-los. Peço licença porque tenho um compromisso, mas volto logo em seguida.

Com a palavra a Sra. Acácia Zeneida Kuenzer.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - A provocação é boa e vem um pouco na linha da crítica que eu fazia, embora com o reduzido tempo que nós temos e, por isso, não podemos aprofundar.

De fato, eu concordo em parte e discordo em grande parte. Concordo em que parte? A proposta de médio propedêutico, que é a proposta dominante, não atende hoje sequer à preparação para o nível superior, como também não atende às



necessidades da classe trabalhadora. Por isso, eu escrevi um artigo na *Educação & Sociedade*, que eu chamei de Dualidade Invertida, na linha que eu colocava aqui.

Democratizar essa versão do ensino médio propedêutico, entendendo que ela trata igualmente os trabalhadores e a elite, é absolutamente falso. E nós temos avaliações da experiência do Chile, porque isso começa com as políticas do Banco Mundial para os países pobres, em que se passou apenas a ofertar o médio propedêutico numa visão desqualificada, e não numa versão acadêmica séria, consistente e razoável, porque essa modalidade é mais barata.

Em vez de o investimento se centralizar na educação profissional que passou a ser, enquanto cunho científico-tecnológico, uma educação muito mais adequada à classe dominante do que à classe trabalhadora — por isso, eu chamei de Dualidade Invertida —, então, passa-se a ofertar para os pobres aquilo que para a burguesia não serve mais. A burguesia precisa de educação, ciência e tecnologia. Então, ela vai para as boas escolas técnicas, hoje os institutos federais, em busca desse tipo de educação ou vai para o ensino superior, buscando escolas científico-tecnológicas densas. Então, essa inversão desqualifica a classe trabalhadora.

Até aí, eu concordo. Agora, dizer que até 15 anos de idade resolvemos a questão da educação geral é padecer de um equívoco de compreensão na relação entre conhecimento básico e conhecimento científico-tecnológico.

Não há tecnologia sem ciência básica. Metodologicamente, nós trabalhamos de forma equivocada, porque ensinamos matemática básica e, depois, vamos resgatar, por exemplo, a matemática financeira que o estudante precisa numa educação profissional. E o coitado do professor de matemática tem que resgatar toda a matemática que o menino não aprendeu, embora tivesse passado de ano, com o foco da matemática financeira. Então, metodologicamente há outras formas de trabalhar a relação entre educação geral e educação específica, vinculada ao trabalho, à formação profissional.

Dizer que é possível encerrar a fase de educação geral até 15 anos é supor que a educação tecnológica não está ancorada na educação geral. Esse é um equívoco fantástico. Aí, nós vamos transformar os cursos de educação profissional em aprendizagem de tarefas de novo, que é toda crítica que fizemos às escolas do passado.



O próprio Sistema S superou isso quando criou os cursos por séries metódicas, que era uma forma, por excelência, do SENAI. O próprio Sistema S passa a entender que não há educação profissional de qualidade se a pessoa não estiver ancorada numa sólida educação geral.

E é por isso que a minha fala foi no sentido de que não há como pensar a educação profissional fora do âmbito da educação básica. Por quê? O que se pode ensinar de educação profissional, dado o desenvolvimento científico-tecnológico da contemporaneidade, fora do conhecimento de educação básica? Pequenas tarefas; cursos de 100/200 horas para aprender formas específicas de fazer que talvez permitam uma inserção pontual no mundo do trabalho, mas que não resolvem a questão de uma inserção qualificada.

A própria CNI ultrapassou isso desde os anos 90. Agora, nós vamos retomar essa cisão, quando hoje nós temos clareza de que não é possível uma boa educação profissional fora da educação básica; de que não há educação específica sem a sólida base da educação geral? Aí eu acho que o Prof. Schwartzman, por quem nutro o maior respeito...

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - A senhora me permite um pequeno aparte?

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - O que o Prof. Schwartzman colocou não foi que nós vamos deixar a educação formal de lado, mas vamos condensá-la em menos anos, dada a condição tecnológica, o avanço da humanidade e as possibilidades que os estudantes hoje têm, muito superiores aos estudantes de 30 anos atrás.

Eu concordo com o que a senhora colocou, acho a ponderação muito interessante, mas também estou de acordo, em parte, com o que o Prof. Schwartzman disse aqui.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Veja, Sr. Deputado, a questão se coloca no entendimento de que a educação científico-tecnológica necessária para o salto qualitativo, a partir dos dados horríveis que a Regina nos mostra, implica a superação de uma educação profissional fragmentada e precarizada.



Nesse sentido, a tecnologia de ponta só se faz ancorada na boa ciência básica. E isso extrapola o nível médio, isso tem de estar no nível superior. É o domínio dos princípios fundamentais da ciência básica que permitem ao aluno, por exemplo, acompanhar o desenvolvimento tecnológico com a dinamicidade que ele exige. O que garante a continuidade, o que garante a flexibilidade na relação do conhecimento é o domínio da educação científica.

As tecnologias mudam. Então, se condensarmos, por um tempo, a educação básica, corremos o risco de trabalhar a educação profissional específica naquilo que ela tem de transitório, de dinâmico e de mutável. E isso é o que coloca o Brasil na condição de país consumidor de novas tecnologias, e não como país produtor.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Um aparte. Quero aproveitar porque este tema é relevante.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Desculpem, mas é a minha paixão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nós vamos ter de organizar porque a provocação foi boa e já existem vários Deputados que querem se inscrever devido à fala da Profa. Acácia.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A Regina também já quer falar.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Por favor, não saia, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu vou ter de sair.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - É que V.Exa. provocou e eu quero me pronunciar.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A provocação é boa para que o conjunto reflita; não é só para o Relator, é uma reflexão da Comissão.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sim, é porque nós precisamos criar uma concepção nossa de Comissão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Os dois pontos: isso que é o debate.

Acácia, a senhora terminou a sua exposição?



A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Não. Isso não termina. (*Risos.*) Eu só quero perguntar se respondo a cada provocação, ou não. Só isso. Só uma orientação estratégica.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente, em relação aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Linhares) - Pois não. Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente José Linhares, evidentemente, foi aberta uma exceção porque Relator é Relator, mas eu proporia que mantivéssemos a sistemática dos nossos trabalhos e fizéssemos perguntas, questionamentos em bloco, pois me parece que não existem tantos inscritos.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Vou fazer a seguinte solicitação: se os senhores concordarem, vou passar a palavra para que os Deputados façam já as suas arguições, os seus questionamentos, os seus posicionamentos. Uma tese já fica lançada — essa que eu abordei —, e, posteriormente, passamos a palavra para que cada um dos expositores possa responder a ela. Assim, cada um que tenha algum assunto a respeito desse que já foi debatido também pode fazer suas formulações.

Professor José Linhares, desculpe, mas vou ter que lhe passar a condução dos trabalhos. Vou ter que me retirar um pouquinho e logo volto.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Quero lhe pedir, Sr. Relator, como sou o primeiro a falar na lista de inscrição, que V.Exa. aguarde pelo menos o meu pronunciamento, porque quero entrar na polêmica do Prof. Schwartzman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Linhares) - Atendendo à solicitação que é usual entre nós, do nosso Deputado Artur Bruno, vamos questionar em bloco. Então, no primeiro bloco, seriam os Deputados Newton Lima, Artur Bruno, Ilzaci, Renan Filho e terminariamos com o Deputado Emiliano José, porque o tempo avança e pode ser que sejamos chamados para a Ordem do Dia.

Peço ao Deputado Ilzaci que me substitua porque pertenço a uma Comissão que só tem quatro Deputados — e ali tem uma vítima — e esta Comissão está em andamento agora. Para as senhoras e os senhores compreenderem este instante,



seis são as Comissões que ocorrem das 14 horas em diante. Se isso não for esquizofrênico, pelo menos chega próximo a isso.

O Deputado Izalci presidirá esta Comissão enquanto eu vou à outra Comissão. Volto, tão logo termine, porque o debate está ótimo.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Eu queria, Sr. Relator, dizer muito obrigado por ter ficado um minutinho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero propor uma reflexão de ordem político-educacional sobre a provocação que o nobre Relator nos propõe e que foi tão bem respondida, na minha opinião, certamente, por uma das maiores especialistas em educação profissional que este País tem, a Profa. Acácia.

Eu não só sublinho todas as considerações que ela faz, mas peço a reflexão sobre um posicionamento que passou, *en passant*, na fala da Profa. Acácia, e diz respeito à grande influência que o Banco Mundial exerceu sobre todos os processos educacionais brasileiros, sobretudo a educação profissional e universitária neste País, nas décadas de 90, pós Consenso de Washington.

É lá que nós encontramos toda a razão da fala do Prof. Schwartzman, que respalda, entre outras coisas muito ruins para este País, a Lei nº 9.649, de 1998, que impediu a União de criar escolas federais no Brasil e que não permitiu que o Sistema SENAI/SESC, de tanta importância e de tanta qualidade, se expandisse, porque não havia uma política educacional de incremento da capacidade de formação, de expansão, com qualidade, da rede profissional e da rede universitária brasileira.

Então, a Lei nº 9.649, de 1998, eu considero uma das maiores barbaridades educacionais de todos os tempos. Ela só foi derrubada em 2005, o que permitiu a expansão das escolas técnicas, com as dificuldades todas que já foram apontadas. Mas pelo menos este é um novo momento.

Qual era a lógica? A lógica do Banco Mundial era: deixem que os países do primeiro mundo dão conta de fazer produção do conhecimento. Essa era a lógica. Basta ler o documento, de 1994, o Ensino Superior na América Latina, o qual certamente embasa todas as considerações que a Profa. Acácia acabou de fazer no que diz respeito à formulação de política do banco hegemônico econômico sobre os países periféricos, como éramos vistos. Como não somos mais vistos dessa forma,



temos que abandonar essa proposição do Prof. Schwartzman, porque ela tem a mesma raiz: Banco Mundial. É o mesmo atraso de concepção, sempre na posição de que nós somos secularizados. Como é possível imaginar que um menino de 15 anos... Ele tem informação pela Internet, televisão, mas não tem a formação, como a Profa. Acácia falou, para dar continuidade aos seus estudos. Chega de vassalagem! Chega de vassalagem!

Nessa perspectiva, acho que o PRONATEC joga um papel absolutamente central quando chama o SENAC e o SENAI para a expansão gratuita do seu papel extraordinário. Não há quem discuta isso, do ex-Presidente Lula a quem quer que conheça, como eu, Prefeito que fui de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que existem um SENAI e um SENAC maravilhosos. Um acabou de completar 60 anos em São Carlos, São Paulo. O SENAI fez 60 anos há 15 dias, e o SENAC, 40 anos, se não me engano, se não estou fazendo alguma confusão de períodos. De qualquer maneira, são ensinamentos de maior qualidade, absolutamente integrados ao sistema produtivo, dando respostas qualificadas às necessidades do mercado de trabalho com a transformação que a Profa. Acácia falou. Não vamos voltar atrás, pelo amor de Deus, na rede pública, sobretudo na rede pública estadual, e certamente na federal, já que na municipal é muito pouco.

Eu queria fazer esse comentário e pedir ao Deputado Angelo Vanhoni que me ouça, porque essa é uma questão de raiz, de fundo, que merece atenção. Acho que encontramos aí a resposta do porquê dessa contradição. Não vamos encontrar um único artigo do Prof. Simon Schwartzman contra a Lei nº 9.649/98, porque ela vinha ao encontro de uma concepção atrasada, da década de 1990. Infelizmente o grande Presidente Fernando Henrique Cardoso — e a nossa Presidenta Dilma acabou de considerar várias coisas positivas que ele fez, e eu colocaria até outras — fez uma coisa muito ruim para o Brasil, que foi a Lei nº 9.649/98, que destruiu toda a possibilidade de crescimento da oferta de educação superior da rede pública.

Termino dizendo que é bom saber que o Governador Geraldo Alckmin está fazendo de fato uma inflexão ao colocar o sistema Paula Souza... Quem é paulista sabe da importância desse sistema. E também enalteçamos, em prosa e verso, a possibilidade da sua integração ao sistema nacional. Se falamos em regime de colaboração, se a LDB fala em regime de colaboração, se a 4ª Conferência passa o



tempo todo discutindo o sistema unificado de educação no Brasil, e não temos o principal Estado da Nação articulado nas ações educacionais de qualquer grau, inclusive no que diz respeito à educação profissional, é uma lacuna insubstituível. Eu diria que, mais do que isso, é uma lacuna que fragmenta toda a perspectiva de construção de redes de sistema.

Então, que bom ouvir por parte do Ministério da Educação que o Governo do Estado de São Paulo faz uma inflexão rumo a uma articulação, até para que possamos ter os dados que não temos. Não temos dados simplesmente porque não temos sistema integrado. O sistema Paula Souza não alimenta o sistema nacional. Não alimentava. Espero que a gente consiga superar isso.

Então, são algumas reflexões importantes. Mais uma vez, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, muito obrigado pela deferência de me ouvir. Eu precisava trazer uma referência bibliográfica e histórica importante para a consideração da pergunta e para a provocação que tão bem V.Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O próximo inscrito é o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, quero também parabenizar, pelo nível de debates que estamos tendo hoje aqui, todos os que estão à mesa e os conferencistas.

Lamento a ausência do Deputado Ariosto Holanda, que considero uma das maiores autoridades do País em educação profissional. Com certeza, ele enriqueceria muito também este debate.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Ele deve estar no PRONATEC, Deputado Bruno, como nós também temos de ir. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Pois é. Coincidentemente, hoje estamos tendo o PRONATEC. Vou, inclusive, fazer perguntas sobre o PRONATEC, porque o PRONATEC tem tudo a ver com este debate. Está na ordem do dia, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Na Comissão de Trabalho, não é?

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Pois é.

A primeira questão que eu gostaria de levantar é a seguinte. Temos um consenso no Brasil, nós educadores, creio que os colegas Parlamentares desta



Comissão também, sobre o equívoco não só de um Governo, mas de vários Governos, de ter incentivado razoavelmente — estamos ainda muito aquém — o ensino superior. Consideramos que temos em torno de 15% dos jovens entre 18 e 24 anos cursando o ensino superior, e queremos chegar a 33% em 2020. Lembro que a proposta para 2010 era 30%, e não conseguimos cumprir. De qualquer maneira, acho que avançamos bastante em matrículas no ensino superior. Todos os indicadores mostram que avançamos razoavelmente também em matrículas no ensino básico. Talvez o grande problema tenha sido a modalidade da educação profissional, onde não avançamos no mesmo ritmo dos demais níveis e modalidades de ensino.

Digo que não avançamos, mas quero fazer aqui um corte. Acho que o Governo Lula fez um corte no que se refere à educação profissional e tecnológica. Temos que fazer justiça ao Governo Lula, considerando que praticamente partimos de 140 institutos federais de educação para mais de 300, e vamos para 400 institutos federais de educação profissional tecnológica. No Estado do Ceará, isso foi uma revolução: tínhamos três institutos federais, vamos para 23. Praticamente tínhamos três Municípios com institutos federais.

Tratamos aqui de praticamente duas modalidades de ensino: o ensino médio com educação profissional e os cursos de capacitação, de 160 horas, que não obrigatoriamente estão vinculados ao ensino médio. Então, eu perguntaria sobre o PROJOVEM: erramos com o PROJOVEM? Na proposta do PROJOVEM, além de garantir o ensino fundamental em um ano, salvo engano, 14 meses, havia a proposta da educação profissional. Qual é a avaliação? Acertamos? Acertamos em parte? Erramos? Investimos mal? Qual é a avaliação que vocês fazem do PROJOVEM? Acho que isso é importante, porque estava na proposta do PROJOVEM também a educação profissional.

Segundo, temos duas metas bem claras dentre as 20 que estão propostas: a primeira é chegar a 25% com matrículas na educação profissional para alunos do EJA — lá no Ceará a gente chama “ÉJA”, vocês chamam “ÊJA — e duplicar o número de matrículas de educação profissional até 2020. Eu pergunto: não é uma meta pouco ousada, se temos tanta necessidade? Digo isso por compará-la com a meta de sairmos de 4% de escolas em tempo integral para 50% das escolas — mais



de 1.000% de crescimento em educação em tempo integral —, e apenas duplicar, já que temos essa necessidade imensa. Então, eu gostaria de ouvir as especialistas, para que possamos inclusive tentar modificar isso. Acho que é uma meta extremamente tímida duplicar a educação profissional no País.

Finalmente, uma terceira questão seria sobre o PRONATEC. Sei que o debate do PRONATEC é na Comissão de Trabalho, mas fiz a opção de ficar aqui porque sou membro desta Comissão. Então, eu queria ouvi-las sobre o PRONATEC. O PRONATEC tem vinculação com todas essas entidades que estão aqui e que merecem nosso respeito, nosso reconhecimento. Qual é o papel de cada uma no PRONATEC e qual a avaliação que vocês têm efetivamente do PRONATEC? Pelo que vi aqui, pelo trabalho que está sendo desenvolvido pelo PRONATEC, acho que duplicar é uma meta tímida. Não sei por que o Governo propôs essa meta no Plano.

São essas as questões.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Professora Rosinha, só um registro, antes de a senhora falar. Eu queria registrar que neste momento a Mesa é composta só de mulheres, o que demonstra que a educação vai bem. *(Risos.) (Palmas.)*

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - E a plateia, de homens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende) - Obrigada. Nós estamos só começando, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - E a assessoria também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende) - É. Aguarde. Nós estamos só começando.

Deputado Izalci com a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Queria fazer alguns comentários com relação ao que foi colocado aqui sobre o EJA, como a meta de 25%.

O EJA, nós sabemos — pelo menos é a realidade que eu conheço —, tem hoje uma evasão de quase 80%. Você começa com 100 alunos e termina com 20, e olhe lá. Aí vem a solução do PROEJA, em que eu acho que realmente nós temos que investir, porque, nessa educação de jovens e adultos, o que interessa mais realmente é a educação profissional; é entrar no mercado de trabalho.



Foi colocada aqui também uma dificuldade. A Dra. Acácia colocou aqui que aumento da oferta de cursos não necessariamente aumenta a empregabilidade. Pelo menos foi constatado isso.

Eu discordo, em parte, talvez porque eu tenha visto isso muito de perto aqui, no Distrito Federal. O que havia — pelo menos foi o que eu constatei — era que, muitas vezes, os cursos de qualificação profissional oferecidos não estavam de acordo com a necessidade do mercado. E nós até inovamos aqui, como em outros Estados, e transferimos a educação profissional para a área de ciência e tecnologia. São tantos os problemas da educação fundamental que realmente o Secretário dificilmente prioriza a educação profissional da forma que deveria fazer.

E eu lembro muito bem que, na primeira reunião que fiz do Conselho de Ciência e Tecnologia, com a participação do setor empresarial e do setor acadêmico, o que nós constatamos foi exatamente isso: as faculdades, os cursos técnicos preparavam os alunos para um mercado que não existia mais. Então, quando nós criamos o Conselho, com a participação dos setores acadêmico e empresarial, passamos a induzir realmente a educação profissional para aquilo de que o mercado estava precisando.

Então, eu acredito que neste caso tenha acontecido exatamente isso. Aqui nós vinculamos muito os arranjos produtivos locais, a vocação da cidade, com a capacitação, com os cursos técnicos. Nós vinculamos os arranjos produtivos da cidade. Eu acho que isso é que tem que ser feito; senão fica muito distante.

Eu acho que a educação — e, quando eu falo em educação, me refiro às Secretarias Estaduais e Municipais —, está um pouco distante da realidade do mercado, da realidade do trabalho.

Agora, eu vejo um grande desafio na educação profissional — e aí envolve, evidentemente, educação inicial e continuada. O Governador Cid Gomes esteve aqui, na semana passada, falando também da educação profissional e disse qual foi a solução que encontrou. Eu acho que só há uma, e foi exatamente essa que ele apontou, que é a questão dos recursos humanos na educação profissional. Realmente, ela é um pouco diferente do ensino tradicional. E lá, no Ceará, a solução que eles deram — e eu acho que dá para fazer —, foi contar com a participação das organizações sociais. Não há como administrar a educação profissional, a educação



inicial e continuada, com os concursos tradicionais, pois a rotatividade é muito grande, a tecnologia muda rapidamente. Então, eu acho que a participação das Organizações Sociais — OSs é fundamental. Estou provocando aqui exatamente para ver se há algum estudo nessa área. E nós vamos ter que enfrentar a realidade da gestão da educação profissional.

Acho que este é o grande desafio: aproximar o setor acadêmico, as universidades, as escolas técnicas do setor produtivo empresarial.

E, evidentemente, quero reforçar — sempre que eu puder, vou falar a mesma coisa — que não existe educação gratuita; ela custa muito. Somos nós, os contribuintes, e as empresas, que pagamos a conta. O setor público não gera recursos. Os recursos são oriundos das empresas, da iniciativa privada, do contribuinte. Então, essa escola que está aí é a escola estatal, e nós temos que discutir isso. Quando se fala em escola pública, tem-se a impressão de que é essa do Governo. Essa escola do Governo é a escola estatal, e precisamos reformulá-la para oferecermos realmente uma educação de qualidade para todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende) - Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Boa tarde.

Eu faço parte desta Comissão do Plano Nacional de Educação porque entendo a importância da educação para o Brasil.

Assim como o Deputado Newton, que me antecedeu e com muita propriedade colocou a sua opinião, eu também fui Prefeito de um Município e entendo, por ter observado as dificuldades locais, a importância do ensino técnico.

Eu acho que o País tem crescido muito, os setores da sua economia têm se dinamizado muito, entretanto, nós pecamos na formação profissional. No meu Estado, Alagoas, um Estado pobre do Nordeste, nós não temos profissionais para as mais diversas áreas, cujo crescimento está estagnando. Nós estamos tendo de formar os mais diversos profissionais, desde os mais básicos, como pedreiros, até os de níveis mais avançados. Estamos construindo plantas de plástico, duplicando a capacidade de explorar petróleo no Estado. Na Paraíba está sendo construída a Refinaria Abreu e Lima, o que demandará uma infinidade de técnicos em quase todas as esferas.



Isso é importante, sobretudo para o Nordeste do Brasil, como disseram aqui as palestrantes, que tem crescido bastante, e no Governo Lula principalmente, que inverteu a lógica perversa de sempre o Sul crescer mais do que no Nordeste e do que o Norte. Pela primeira vez nós estamos observando o Nordeste crescer mais do que o resto do País, e isso é muito importante e precisamos manter.

Essa discussão de que a meta 11 é muito modesta tem sido feita praticamente em todas as nossas reuniões. E eu cito sempre o exemplo de Alagoas. Existiam lá somente quatro escolas técnicas federais. Agora já estão sendo construídas oito. Inclusive no Município onde fui Prefeito, Murici, em Alagoas, nós já temos uma escola técnica federal — que lá chamamos de IFAL — funcionando, enquanto o prédio está sendo construído.

Essa meta é modesta nesse sentido. Nós observamos, pelas apresentações do SENAC e do próprio SENAI, que eles já projetam triplicar as vagas até 2014. Se o PNE é para 2020, a nossa meta está muito, muito modesta.

Então, a minha primeira pergunta para a Simone, que representa o MEC, é a seguinte: por que o MEC estipulou duplicar as vagas, se o PRONATEC é um programa que articula todos os setores, todos os agentes envolvidos no ensino técnico profissionalizante? Qual foi o embasamento do MEC para somente duplicar as vagas?

Eu ia perguntar, também com relação ao PRONATEC, qual a impressão de cada um, mas o Deputado Artur Bruno já perguntou. Ouvindo a resposta ao questionamento dele eu me sentirei satisfeito.

Agora, quero fazer uma pergunta à Profa. Acácia, a quem parablenizo pela capacidade de argumentação e pelo conhecimento técnico que nos apresentou na tarde de hoje. Quais são os principais pontos de estrangulamento para o cumprimento das metas? Eu vejo um como fundamental: a formação de professores. Principalmente no Nordeste, não há formação de professores. Eu acho que utilizarmos os professores do ensino médio para ensinarem no ensino técnico e profissionalizante não vai resolver o problema.

O Deputado Izalci colocou um ponto muito importante da audiência que tivemos aqui com o Governador Cid Gomes, na última semana: o Ceará está dando



para o País um exemplo muito interessante de expansão do ensino técnico. Lá parece que já existem 40 escolas técnicas.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Setenta.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Setenta escolas técnicas. Não havia nenhuma. Portanto, é mais um argumento para que a meta...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - E são escolas de ensino médio integradas ao ensino técnico.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Há escolas de ensino médio integradas ao ensino técnico. São escolas estaduais. O Estado constrói a escola, contrata professores.

O que o Deputado Izalci destacou, Profa. Acácia, foi a forma da contratação dos professores. Isso é muito importante para a gestão dessas escolas técnicas, porque elas não são como as escolas tradicionais; elas estarão voltadas para o mercado, e o mercado é mutante — hoje precisamos de enfermeiras, amanhã precisaremos de técnicos em eletrônica, depois, em comércio e edificação. E, se nós contratarmos os professores para uma determinada área, depois ficaremos engessados. Acho que essa foi a pergunta. Estou trocando em miúdos o que o Deputado Izalci colocou, rapidamente, quando participou da reunião.

Mas a minha pergunta é sobre os professores mesmo. Qual é a forma de enfrentarmos essa dificuldade? Porque já estamos sentindo isso em Alagoas. Os concursos feitos lá trazem professores de outros Estados, mas daqui esses outros Estados não terão como exportar professores para o Brasil inteiro. A exemplo de São Paulo, o Distrito Federal manda muitos profissionais para lá.

Para finalizar, na sua opinião, Profa. Acácia, quais são os principais pontos de estrangulamento para a expansão do ensino técnico profissionalizante no Brasil?

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende) - O Deputado Emiliano não está aqui, já se ausentou.

Com a palavra o Deputado Gastão Vieira.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Quero levantar uma questão para as quatro, principalmente para a Profa. Acácia.



Acompanhei a instalação dos antigos CEFETs, antes dos IFETs, até numa fase anterior a essa expansão que hoje é feita de forma bem organizada pelo Governo.

Tenho visitado alguns deles. No meu Estado havia dois, um na capital, São Luís, e outro em Imperatriz. Hoje estamos com 18. O que noto quando chego? Faço um esforço enorme para ver qual a diferença que existe entre o IFET e a universidade federal. Os professores têm a mesma formação, os desafios são diferentes. Busco o curso técnico e encontro um que poderia ser dado pela universidade federal. Exemplo: Administração de Meio Ambiente no lugar em que poderia existir um curso de mecânica, de química, de *biodiesel*, de energias alternativas. Mas vou lá e encontro o mesmo curso que a universidade federal está oferecendo. E aquele professor que passou no concurso dificilmente vai se adaptar para formar um aluno do curso técnico.

Tanto que ainda agora eu estava ali pedindo para o meu amigo, o Deputado Biffi, Relator do PRONATEC, que olhe com carinho uma emenda que fiz ao PRONATEC, determinando que a CAPES exerça o mesmo papel na formação do profissional especializado para o ensino técnico que ela já exerceu na formação de todos os mestres e de doutores que estão hoje nas universidades federais. Ela deu uma enorme contribuição.

No meu entender, são coisas diferentes. O mesmo professor não vai obter o mesmo resultado. Temos que fazer um esforço enorme, Profa. Acácia, para formar esse professor que vai dar aula no curso técnico. Não é a mesma coisa.

Fui Relator nesta Casa — tenho isso como glória e, por outro lado, lamento — da única universidade tecnológica brasileira, que é a do seu Estado. Foi o trabalho de um ano. Por que só uma universidade tecnológica no Brasil? A COPPE, no fundo, é uma grande universidade tecnológica. Há 30 anos ela já era isso. Por que o Brasil não tem uma rede de universidades tecnológicas? Imagino que haja uma briga das universidades federais para não permitir esse espaço novo.

Mas fui nessa viagem, junto com o pessoal do CEFET do Paraná, a Compiègne, na França, e lá existe curso tecnológico de 4 anos, 2 anos, alternados, o aluno passa dentro da universidade; e 2 anos na empresa. O professor que



acompanha o aluno na universidade é substituído pelo profissional da empresa que recebe aquele aluno e lhe dá a formação.

O salário é diferenciado, o reitor tem autorização do Governo francês para pagar àquelas pessoa que ele atrai da indústria um salário que pode ter um *plus* a mais do que ele paga para o professor da universidade. Eles estão dando um *show*, estão com Xangai. Franceses e chineses estudando o mesmo curso, com duplo diploma e com altíssimo grau de produtividade.

Fico pensando que nós não temos um longo caminho a percorrer, e o primeiro ponto não é esse que Renan colocou aqui muito bem. O professor que dá aula para um curso geral, no sentido que entendemos, não pode ser o mesmo que tem de dar aula ou que vai dar aula para um curso técnico?

Era essa a indagação que eu gostaria de deixar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Para encerrar as inscrições, concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu fui Secretária de Educação por quase 10 anos do Estado de Tocantins. Como o meu Estado é novo, o mais jovem da Federação, não tínhamos nenhuma estrutura construída e assim não sofremos tanto com o Decreto nº 2.208, com toda a desorganização. Ficamos por muito tempo com uma única escola técnica federal. Era a única do País, enquanto todo mundo já possuía Instituto Federal Tecnológico.

Está na hora de se ter uma discussão, de pé no chão, em termos de educação profissional, sobre quais são as reais condições que as redes estaduais têm de oferecer uma educação profissional de qualidade.

Quando vimos a avaliação que a Profa. Acácia mostrou aqui, ficou muito clara a diferença entre o resultado da rede federal e da rede estadual. Mas eu não posso dizer isso, simplesmente porque seria extremamente injusto. As condições e o contexto são completamente diferentes, a começar pela estrutura, pelo recurso, pela seleção de quem vai entrar, já fazendo assim uma peneira para os melhores alunos.

Então, o modelo de educação para o País alcançar não é o modelo que eu tenho que sonhar, que é o da escola técnica, o dos Institutos Federais Tecnológicos. Eu acho que nós temos que procurar construir alternativas de qualidade e entender que precisamos ter, primeiro, um foco. E eu chamo a atenção porque normalmente



os Secretárias Estaduais não conseguem ter foco na educação profissional, tamanha é a imensidão e a dificuldade da educação básica.

Nós vamos sempre esbarrar na questão do recurso também. Os recursos necessários para uma boa educação profissional devem ser maiores que o recurso definido no próprio FUNDEB, disponível para o ensino médio integrado, porque é o único que o FUNDEB dá conta de pagar.

Temos um outro desafio, que é a formação do professor. Se eu vou abrir concurso específico, qual é o tipo de profissional que eu vou colocar no sistema? E, considerando que os cursos podem ter duração — normalmente, para se ter uma lógica, eles vão ter início, meio e fim, e o mercado pode se esgotar e a demanda por aquele curso também —, como eu realizo um concurso público e coloco profissional no quadro, quando depois não vou ter mais necessidade daquele profissional para a oferta dos cursos?

Eu queria chamar a atenção para isso porque temos, no Brasil, um preconceito muito grande na relação público e privado, na relação com empresas. É como se fosse feio a gente trabalhar para preparar também para o mercado de trabalho.

Eu tive oportunidade de conhecer a experiência da Alemanha, de educação profissional, e achei extremamente interessante. O aluno que trabalha em uma empresa não é uma mão de obra barata. Lá o que vi foi empresa organizada para educar; empresa preparada para formar; empresa articulada com a formação educacional; cursos em que os alunos ficam 20% na escola regular, ou dita, comum do ensino médio, e 80% estudando na empresa. Mas o aluno não é uma mão de obra barata como a gente costuma ver em no Brasil, é uma forma de o empresário ter um baixo custo, abrindo as empresas para a integração no mercado e trabalho.

Eu acho que o momento é de discussão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC. Mas precisamos ir além do que pensar só em vagas, em criar escolas. Eu vivi o início do ensino médio integrado, do EJA integrado. Eram muitas as dificuldades: de recursos, de laboratório, de turmas que começaram esperando o laboratório chegar e até hoje não chegou, e já passaram duas a três turmas naquela escola.



Então, no caso da educação, precisamos ter um olhar que vá além do nosso patamar de educação básica. E, normalmente, queremos encaixotar a educação profissional dentro da educação básica.

Quero ouvir um pouquinho sobre o que podemos pensar e avançar em relação à essa questão: formação, recursos e desenhos alternativos. Nós temos mania de achar que tudo tem que ser igual.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, vamos passar a palavra para a Sra. Acácia Zeneida Kuenzer.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Vou pegar algumas questões de minha área investigativa e deixar o resto para os outros colegas.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Newton Lima a contribuição com relação ao reforço da análise da perversidade das políticas do Banco Mundial sobre o desmonte da educação brasileira e, em particular, da educação profissional.

Algumas questões são absolutamente fundamentais. Quero falar da que talvez esteja mais presente nas diferentes falas, que é a formação de professores para a educação profissional. De fato, Deputado Renan, esse é o grande estrangulamento, no meu entendimento. Mas também não estamos conseguindo construir uma solução adequada. Eu acabei de orientar uma tese de Doutorado — e já orientamos outras — no sentido da formação dos professores e dos modelos alternativos. Essa é uma questão extremamente complicada. Por quê? A formação de professores para a educação profissional não é problemática no que tange às disciplinas de caráter geral, porque esses professores são tradicionalmente formados pelas licenciaturas e se adaptam aos currículos quando entram na educação profissional. Alguém que tem formação em Matemática vai dar uma matemática aplicada. Este não é o problema. O grande problema é a formação dos professores das disciplinas específicas da educação profissional. E essa última tese que orientei, que fez uma pesquisa entre os docentes da Universidade Federal Tecnológica do Paraná e professores da Universidade Corporativa da PETROBRAS, mostrou uma questão extremamente complicadora para a formação. Os bons professores, considerados assim pelos alunos nas áreas específicas de educação profissional, são os que conseguem fazer articulação entre a teoria e a prática,



porque têm experiência como profissionais. Então, não é possível pensar uma licenciatura genérica para professores da educação profissional no que tange às disciplinas específicas, porque essa formação não prescinde do conhecimento tácito, que é adquirido no mundo do trabalho. Ou seja, um bom professor de educação profissional — mostrou a tese da Sandra Urbanetz — é aquele que consegue articular a docência à experiência profissional e, nesse sentido, trazer os desafios do mundo do trabalho com as tecnologias que estão sendo utilizadas.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Esses têm que ter como formar.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Tem que ter como formar. Ele tem como formar. Ele tem formação pedagógica. Os entrevistados colocaram isso. Eles pecam na didática, disseram os alunos. Eles não são bons em dar aula. Poderiam trabalhar com uma epistemologia diferente, com mais protagonismo do aluno, menos aula expositiva, esse tipo de coisa. Mas não é possível resolver esse problema só com formação pedagógica. Aí temos um tripé que qualifica um bom professor de disciplinas específicas de formação profissional: uma boa formação específica em nível superior, uma boa formação pedagógica e uma boa experiência no trabalho. Ou seja, conhecimento tácito, conhecimento científico e conhecimento pedagógico. A encrenca é montar um itinerário formativo que articule essas três dimensões, numa situação de carência como a nossa. A gente não tem tempo. Concordo com a Deputada: temos que pôr o pé no chão, ter um modelo a ser construído, mas há questões urgentes, e essas questões urgentes têm que ser enfrentadas. Elas vão determinar, no mínimo, a formação pedagógica dos professores já atuantes, que não têm essa formação pedagógica, ou de bons profissionais que querem ser professores e desejam ter essa formação pedagógica.

Na experiência que faço hoje na PETROBRAS é extremamente interessante ver a sede dos engenheiros, geológicos e geofísicos docentes na apropriação do conhecimento pedagógico. Temos de pensar alternativas de curto e médio prazos e alternativas de longo prazo. Mas imaginar que vou ofertar uma licenciatura genérica em educação profissional, me desculpem os senhores, é maluquice arrematada. Eu tenho polemizado inclusive com colegas minhas de tempos do Doutorado, quando temos discutido sobre isso. Estou convicta, por 30 anos de pesquisa, de que temos que encontrar uma alternativa que articule conhecimento tácito, conhecimento



científico e conhecimento pedagógico. Como é que se constrói isso, nós vamos ter que pôr nossas cabeças para funcionar.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Dra. Acácia não posso resistir a lhe fazer uma pergunta. A senhora acha que isso é possível? Ou nós estamos também diante de um professor de ensino religioso, que não podemos ter porque ele tem de ser ecumênico, e o MEC só autoriza a graduação? Será que não estamos diante de um problema que não tem solução, que é ter esse profissional?

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Acho que tem solução. Ele é absolutamente possível. Por quê? Escrevi um artigo a respeito disso e tenho de escrever outro para semana que vem, dia 20, exatamente sobre a formação de professores de educação profissional. Teimamos em achar que o conhecimento tácito deriva exclusivamente da prática laboral.

Uma pessoa que durante 10 anos foi um bom engenheiro, vira professor e deixa de ser engenheiro perde o vínculo pela relação de emprego. Uma coisa é ter conhecimento tácito por relação de emprego, outra coisa é tê-lo por relação de pesquisa e extensão, que são dimensões integrantes das nossas práticas nos institutos federais, nos CEFETs e nas próprias universidades. Eu tenho vasto conhecimento sobre educação profissional e nunca fui engenheira ou técnica, e consigo pensar itinerários formativos para planejamento e controle. Como fazemos isso?

Há outras formas, por excelência, de adquirir conhecimento tácito vinculando-se ao mundo do trabalho, e essas são as formas de pesquisa e extensão. Então, é possível, sim. Só temos que explodir um pouco esse modelo tradicional das licenciaturas e pensar modelos mais adequados e factíveis. É possível fazer, e eu estou fazendo isso! Estou fazendo isso nos últimos 4 anos.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Estou rindo aqui porque vejo que a senhora é uma pessoa muito educada. “Explodir um pouco” é explodir tudo. Vou dar um exemplo, já que a senhora está citando a PETROBRAS.

Eu, funcionário do CNPq, vi surgir a união do CENPES, Centro de Pesquisa da PETROBRAS — que não nadava em águas profundas de prospecção de petróleo, mas que era um centro de pesquisa, fechado em si, da maior empresa pública brasileira do tempo — com a COPPE, que também vinha com toda força de



ser o maior centro de desenvolvimento tecnológico brasileiro. Junta-se então a COPPE com o CENPES, com o apoio do Governo via CNPq, de onde sou funcionário de carreira.

E o que resultou disso? O Brasil detém a melhor tecnologia do mundo de prospecção de petróleo em águas profundas. Isso nasceu como? Da junção de uma empresa privada com necessidades específicas com um centro de excelência na área de engenharia. Juntaram-se as duas coisas, e deu no que deu!

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Então, V.Exa. reforça a minha tese.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Entendeu? Deu no que deu! E o Governo fez a junção.

EMBRAPA, por exemplo. Não é uma instituição de ensino superior, e o Brasil é o maior exportador de *commodities* agrícolas do mundo!

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - EMBRAER.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - EMBRAER.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Então, essa junção de trabalho com pesquisa, com formação pedagógica, de fato é a saída. Só quero dar outro exemplo.

Tenho feito a mesma experiência junto à formação de juízes para a Justiça do Trabalho. Estou orientando várias escolas de formação de juízes em processo de vitaliciamento e de servidores que trabalham nas Varas e nos Tribunais. E é impressionante a disposição de juízes e de profissionais servidores no aprendizado da pedagogia do trabalho tendo em vista melhorar sua atuação. Então, é possível fazer.

Tenho feito investigação nesses espaços exatamente para tentar formas pragmáticas de resolver essa questão. Mas temos de avançar no sentido mesmo de explodir esses modelos, que repetimos, repetimos, repetimos e não temos coragem de fazer coisas diferentes.

Com relação à formação de professores, se V.Exas. me permitem, há uma questão que ainda gostaria de colocar — e aí deixo as outras questões para os colegas da Mesa, embora tivesse ainda algumas coisas a dizer.

Não acredito que devamos refletir no sentido de que um professor de educação profissional possa ser descartável porque muda a tecnologia. Entendo que esse seja um equívoco de interpretação. E gostaria de destacar o papel importante



do MEC, via trabalho da Lucília Machado, minha colega de doutorado e então Assessora da CETEC, no sentido da construção dos eixos tecnológicos. Temos de superar o entendimento de que a educação profissional, e, por decorrência, a formação dos seus professores, está atada a um fragmento do processo produtivo. Isso é equivocados; isso não existe mais! Isso é do tempo terrorismo do fordismo!

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Professora, só um aparte.

Não é mudança de tecnologia, é mudança no mercado. Cito um exemplo, só para enriquecer. No caso do Ceará, há 6 mil alunos no curso de Enfermagem. Daqui a algum tempo não será mais a Enfermagem o curso importante. Há alguns casos de professores que estão dando aula de enfermagem, mas têm de ser flexibilizado, sim. Essa é a opinião que tenho, mas gostaria de ouvir a senhora.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Certo. Isso é muito instigante, e eu debato isso mesmo, temos de falar!

Nessa mesma linha, pois não consegui terminar meu raciocínio, quando o MEC estabelece um eixo tecnológico, ele ultrapassa o limite do curso de Enfermagem para pensar no eixo tecnológico saúde. E é essa a transição que temos de fazer. Ao trabalhar na formação por eixo tecnológico, pode ser que uma modalidade específica fique ultrapassada, mas o eixo saúde jamais ficará. Então, também temos de ampliar a compreensão da organização dos próprios cursos.

Às vezes, eu fico pensando que já faço parte dos móveis e utensílios desse debate (*risos*). Em 1987, escrevi um livro que tem um sapato, um tênis, um *dockside* em cima, onde eu digo que temos de pensar áreas temáticas de formação, não cursos específicos focados e fragmentados. Isso porque, no final da década de 80, a tendência, a superação de determinadas ocupações e a colocação de outras, a flexibilização e dinamicidade derivada da base microeletrônica já era colocada no Brasil. Ainda inicialmente, mas era colocada.

Então, se pensarmos hoje o que é o impacto da base microeletrônica sobre todas as profissões, há uma base comum que se repete num grande número de ocupações. Eu, que sou pesquisadora de planta produtiva, sei que operar um robô na Audi ou uma máquina de macarrão na Todeschini tem muita semelhança, ou um console de controle na área de craqueamento catalítico da PETROBRAS. Quer dizer, hoje há um conjunto de conhecimentos sobre o processo de trabalho que tem



a ver com gestão de processos, com gestão de pessoas e com conhecimentos de base microeletrônica, que são comuns, a ponto de o André Gorz ter chamado isso de banalização de competências na contemporaneidade. Não é banalização no sentido de desqualificação, mas de que as competências são cada vez mais parecidas.

Então, não há risco de investirmos na formação de bons profissionais docentes na área da educação profissional se deixarmos de pensar no curso “fragmento tal” para pensar num eixo tecnológico mais amplo, porque o curso desaparece, mas os grandes eixos tecnológicos, não.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Outra coisa, tem que mudar.

A SRA. ACÁCIA ZENEIDA KUENZER - Sim, mas veja que os eixos tecnológicos já são realidade há muito tempo. Qual é o equívoco? Vou falar. Paciência!

Os institutos federais, as escolas, os CEFETs que ainda permanecem e outras escolas técnicas, tomam os eixos tecnológicos não naquilo que eles têm de integração, mas pegam um curso fragmentado e localizam dentro do eixo. Então, eles usam o eixo tecnológico como uma taxionomia, não como uma forma de reordenação da proposta curricular! Os eixos tecnológicos propõem: reformulem-se as propostas pedagógicas, ampliem-se as visões dos cursos. Por quê? Esse profissional que está aqui hoje não necessariamente terá o mesmo tipo de ocupação daqui a cinco anos. Então, ele tem que ter uma ocupação mais densa, mais vinculada à prática, mais transdisciplinar, mas também mais ampliada, e não uma ocupação absolutamente específica.

Só tenho um último comentário a fazer, e não vou ficar tranquila se não o fizer.

Não dá para continuar pensando que as pessoas não conseguem emprego porque não têm a qualificação adequada. Temos de partir do pressuposto inelutável de que, nessa etapa do desenvolvimento capitalista, que se chama regime de acumulação flexível, a tendência é o desemprego estrutural. Então, nunca teremos uma sociedade em que o pleno emprego se materialize de fato. Sempre haverá gente ocupada precariamente.



E, eu diria mais, predatoriamente, ao longo de cadeias produtivas, o que não invalida a preocupação em qualificar todos para melhores ocupações. Mas não adianta ficarmos imaginando que o vício de raiz está na qualificação inadequada. O próprio mercado refaz uma qualificação anterior quando tem necessidade do profissional. E refaz muito bem.

Cito o caso dos juízes. Nenhuma escola de Direito forma juiz. Ele tem que se formar na Escola Nacional da Magistratura, criada pela Constituição, e nas escolas estaduais ou regionais da magistratura. Mas é preciso uma base anterior. Tendo a base anterior, o próprio mercado cuida de promover as mudanças derivadas da dinamicidade da produção em ciência e tecnologia.

Então, o problema em si não está na qualificação inadequada, e sim numa estrutura de emprego que, no modo de produção capitalista, que cada vez mais se alimenta da concentração, vai ter desempregados em número cada vez maior, e pessoas em número cada vez maior fora das possibilidades mínimas de consumo, embora no Brasil nós estejamos avançando numa outra direção.

Mas avançamos como? Com políticas públicas. Acho que é essa clareza que temos que ter para não imaginarmos que simplesmente fazendo uma pesquisa de mercado se consegue formar profissionais que serão absorvidos imediatamente. Nós vamos sempre ter esse problema.

Por isso, uma formação mais ampla será sempre mais inclusiva do que uma formação estreita, fragmentada e focada numa parcela de ocupação. É essa a grande mudança que temos que fazer na educação profissional. Mas isso custa dinheiro, requer instalações adequadas, professores e funcionários adequados, cujo número os institutos federais não estão ampliando, quer dizer, não tem vaga para funcionário, e se triplica a estrutura.

E a sua grande questão: qual é a diferença do instituto federal para uma universidade ou um CEFET antigo? Eu gostaria que o senhor perguntasse ao Ministro, porque eu fiz a ele essa pergunta em audiência pública. Eu também tenho muita dificuldade com esse problema.

A não ser a questão de que nós, para preservarmos uma identidade focada no ensino médio de natureza profissional, que é extremamente importante — porque o receio do Ministro, tenho certeza, era de que houvesse um desvio das



universidades tecnológicas para o ensino superior, abandonando o nível médio. Nisso eu concordo com ele. Só que nós triplicamos a estrutura burocrática, nós estamos criando nos IFES quase que uma federalização, em que uma reitoria não consegue se articular adequadamente com os campos.

Eu, que tenho feito pesquisa nessas áreas, vejo que as coisas estão complicadas. Eu acho que nós vamos ter que fazer uma revisão da política, preservando o que ela tem de bom, no que eu tenho absoluta concordância com o Ministro, que é a questão de que essas escolas não podem perder a especificidade da formação profissional de nível técnico e, principalmente, o seu compromisso histórico com a educação das pessoas da classe trabalhadora, que não têm outras oportunidades.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - De fato, talvez tenhamos que trabalhar com uma flexibilidade um pouco maior do MEC no sentido de aproveitar os bons profissionais existentes, que querem dar aula e não podem porque não têm didática. Há bons profissionais — eu participei da Escola Técnica de Brasília — que precisam dar aula mas não conseguem por não terem formação didática. Temos que incentivar isso.

Com a palavra a Profa. Anna Beatriz.

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Quero começar a análise com um foco bem específico e depois ampliar essa análise para algumas questões levantadas a partir, justamente, da natureza da educação profissional.

Acho que é, muitas vezes, quase dramática a questão da educação profissional. Ela pode dar resultados importantíssimos para a economia e para a educação, porque a educação profissional — SENAC — trabalha com três indicadores de resultados. E os três indicadores de resultados precisam caminhar juntos.

As condições de oferta — essas eu apresentei aqui, nós damos as condições de oferta. E quando nós apresentamos a meta de 1 milhão e 400, eu estou falando muito é da projeção baseada na nossa capacidade de atendimento.



Primeiro indicador: condições de oferta, capacidade de atendimento. O SENAC tem capacidade de atender a essa meta, que poderá ser ampliada — triplicada, quadruplicada. Esse é o primeiro indicador.

O segundo indicador é a possibilidade de o aluno desenvolver-se cognitivamente, aprender. E não aprender simplesmente para entrar no mercado de trabalho, ter uma ocupação. Já ultrapassamos todas essas questões, como a dos currículos e todas essas discussões feitas há 10 anos nessas instituições, para que o aluno possa mobilizar-se, mover-se no mercado de trabalho com autonomia, e não ser subjugado a um determinado posto de trabalho. Quer dizer, que ele detenha esse conhecimento.

O terceiro indicador, se não estiver presente, os outros dois vão para o lixo. É a questão de empregabilidade, não de emprego. A educação profissional, necessariamente, tem uma relação com o mercado de trabalho, com o mundo do trabalho. Eu preparo o aluno com uma educação formal, dou-lhe conhecimentos e aí ele tem uma outra relação com o mundo? Não! A educação profissional trabalha com uma confluência estreita com o mundo do trabalho. Daí alguns dados dramáticos: o SENAC oferece 56 cursos técnicos no seu portfólio; 3 cursos são os mais oferecidos e compõem 70% das matrículas em curso técnico. Há um crescimento pequeno dos cursos técnicos. Muitas vezes — isso foi alvo de crítica do MEC — o SENAC oferece cursos de curta duração, e não de longa duração. Queremos oferecer cursos de longa duração, mas, muitas vezes, os alunos não vêm. Aí entra outra questão, que é a do ensino médio, da relação do ensino médio com esses cursos. O aluno tem que estar cursando o ensino médio ou, após ter concluído o ensino médio, ter interesse em ingressar em um curso de educação profissional. Aí entram outras questões de articulação que acho muito bem-vindas hoje no mundo...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - No Ceará é ensino médio geral pela manhã e à tarde, profissionalizante. Eles estão oferecendo um curso só.

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Pois é! Nós podemos e precisamos pensar nisso. Aí podemos olhar as experiências da Alemanha e da Austrália. Na Austrália, por exemplo, o aluno faz o ensino médio... Na verdade, não se faz a política da terra arrasada. *“Então, vamos agora construir uma única escola:*



ensino médio e ensino profissional juntos.” Não! Há a experiência das instituições de educação profissional consolidadas em 70 anos; há a importância da educação de ensino médio. É preciso procurar formas de articulação. Ele faz uma parte do curso em um período e em outro período faz a educação profissional. Dessa forma, pode-se trabalhar a integração curricular sem, necessariamente, se precisar fazer a política da terra arrasada. *“Não, só educação profissional.” “Não, só ensino médio.”* Não! Há formas de esses dois sistemas de ensino conversarem entre si. Precisamos avaliar as experiências positivas hoje no mundo, as boas práticas com relação a isso e trazê-las para a nossa realidade.

É importante que esses dados da educação do mercado de trabalho sejam trazidos à análise. Eu não sou analista nem pesquisadora, mas tive a oportunidade de conhecer uma pesquisa realizada pelo sociólogo Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas — postada no *site* da Fundação Getúlio Vargas —, sobre apagão de mão de obra. Na pesquisa ele analisa o que é apagão de mão de obra, que, na verdade, ocorre em determinados setores, em determinadas regiões, não é um apagão de mão de obra inteiro, e a relação entre essa formação técnica e o mercado de trabalho. Ele traz dados alarmantes.

O empresariado, o setor produtivo ainda paga salários não atraentes para essa juventude, que hoje é diferente da juventude de 30 anos atrás. O Brasil cresceu social e economicamente. Os salários precisam acompanhar esse desenvolvimento — provavelmente irão acompanhar, porque há uma autorregulação do mercado, uma relação de oferta e procura, de demanda e oferta. Em alguns setores há aumento de salários; em outros, não. Então, não interessa ao jovem que sai do ensino médio e da educação profissional entrar em determinado setor: *“Não, eu vou estudar um pouco mais, vou para o ensino superior e vou ganhar um pouco mais”* . Mas é um sonho também, porque muitas vezes ele, ao sair do ensino superior, não tem o conhecimento técnico necessário.

Então, analisar a educação profissional é ir além dos currículos. São os currículos junto com o mercado de trabalho, é a relação com o ensino médio, enfim, são todas essas questões.



Mas temos dados positivos. No SENAC, nos últimos 3 anos, houve um crescimento inédito de 10% no número de procura por ensino técnico. Acho que esse é um indicador do momento econômico e social que estamos vivendo.

Eu trouxe algumas questões para colaborar com essa meta de duplicar e chegar a 50%. Na verdade, nós podemos fazer isso. Eu não sei se é o caso de se mudar o indicador. Não se trata simplesmente da capacidade de atendimento. Se for capacidade de atendimento nas instituições de educação profissional, pode-se colocar até mais. Mas o indicador de sucesso da educação profissional é o aluno fazer o curso e encontrar espaço no mercado de trabalho, seja na condição de autônomo, pequeno empresário ou empregado com carteira assinada. Por isso o cuidado na hora de a gente chegar e dizer: "*Não, vamos aumentar*". Eu sou mais cautelosa com relação a essa questão.

(Não identificado) - O aumento de 10% já considera esse acordo com o Governo?

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Não, não tem nada a ver.

(Não identificado) - É fora do acordo do Governo?

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Isso tem a ver com o PSG, que é um acordo com o Governo. E, certamente, tem vínculo com o Programa SENAC de Gratuidade. E nós vislumbramos o aumento muito em função disso, do aumento do número de matrículas. Verificamos o sucesso, mas ele não se deve ao trabalho do SENAC. Isso é uma relação entre o SENAC, o mercado de trabalho e políticas públicas. O SENAC está fazendo a sua parte. É importante desenvolvermos cada vez mais nossos cursos voltados para os setores produtivos locais, para as necessidades do setor produtivo. Isso está em pauta. Mas não podemos dizer que só o SENAC ou o Sistema "S" é responsável pelo sucesso da educação profissional. Se houver o aumento do número de matrículas, daqui a 2 anos vamos verificar se isso de fato é um indicador de resultado que consideramos um sucesso. Esses alunos estão no mercado de trabalho ou não? Eles vão migrar para o ensino superior? É um tema mais complexo do que se supõe.

Eu gostaria de comentar o curso de docência. Eu vou convidar a Profa. Acácia para conhecer o curso de docência para educação profissional desenvolvido



pela nossa equipe, com o Prof. Antônio Küller, mentor do novo programa de ensino médio promovido pela UNESCO. Ele foi apresentado recentemente no Conselho Nacional de Educação, e o projeto-piloto está em teste em alguns Estados. Trata-se de uma revisão curricular do ensino médio muito interessante, vale a pena os senhores conhecerem. A *Globo* publicou recentemente os Estados em que ele vai ser implantado.

(Não identificado) - E quais são os Estados?

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - O Ceará está com tudo. Acho que é o Ceará... *(Risos.)*

(Não identificado) - Artur, deixe um pouco para o Maranhão.

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - São Paulo...

Então, vou convidá-la porque, na verdade, é de meu interesse.

Nós, na verdade, fizemos uma pós-graduação, mas é um modelo que nós podemos adequar, flexibilizar para diferentes formações. Quer dizer, o professor que só tem ensino médio... Na verdade, a gente só pode trabalhar até o ensino médio. Então, justamente se trabalha com conhecimento tácito, científico e a prática pedagógica.

(Não identificado) - Se a gente convidá-la pela Comissão... *(Falha na gravação.)*... discutindo o PRONATEC, vocês poderiam apresentar-nos esse novo modelo?

A SRA. ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA WAEHNELDT - Com certeza, será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Nós agradecemos à Sra. Anna Beatriz.

Já se iniciou a Ordem do Dia. A qualquer momento pode haver votação nominal no plenário.

Passo a palavra à Sra. Simone dos Santos, representante do Ministério da Educação.

A SRA. SIMONE VALDETE DOS SANTOS - A primeira pergunta é sobre o PROJOVEM. Esse Programa, que fechou com cerca de 25 mil matrículas em 2010, foi uma experiência do Ministério da Educação com o meio rural — há o PROJOVEM Campo e o PROJOVEM Urbano.



Refiro-me a esse programa como uma experiência porque ele foi feito diretamente com os Municípios, não envolvendo necessariamente as redes municipais de educação com contratação de professores, etc. Então, foi uma experiência. De fato, ele acolheu — eu li vários estudos sobre o PROJOVEM — a população mais pobre, jovens em conflito com a lei... Enfim, ele teve o seu objetivo. Mas agora, na ideia das matrículas, que estamos colocando 25% integradas, nós estamos incluindo o PROJOVEM, mas o nosso interesse é com as redes formais, com as redes municipais, com as redes estaduais de educação, com as redes federais, com o Sistema “S”. Essa foi uma ideia boa — por isso eu disse que foi uma experiência o PROJOVEM —, teve o mérito, como eu disse, de atender ao público. Foi um projeto da Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, teve interface com o Ministério da Educação na formação de professores. Defendemos sempre que os programas entrem pelas redes, porque aí eles se cristalizam, têm a adesão dos sistemas.

Quanto à questão de a nossa Meta 11 ser menos ousada, o que tenho a dizer, primeiro, é que no PRONATEC a Presidenta anunciou que vai oferecer 8 milhões de matrículas — o anúncio foi feito no seu discurso de posse; depois, foi refinando, e nos colocou a trabalhar em janeiro. A minha nomeação saiu em abril, mas desde janeiro eu trabalho no PRONATEC, porque a Presidenta assim ordenou. Então, a equipe que entrou na SETEC ficou no PRONATEC — voltada para os cursos de formação inicial e continuada. A grande oferta do PRONATEC é voltada para matrículas para a FIC — Formação Inicial e Continuada, para reincidentes do seguro-desemprego — tanto é que nós estamos trabalhando no Ministério do Trabalho para que o SISTEC seja integrado ao sistema de formalização do trabalhador no seguro-desemprego —, e para usuários do Bolsa Família. Ou seja, boa parte desses 8 milhões de matrículas será destinada à FIC — Formação Inicial e Continuada. E também o FIES — quando nós estamos trabalhando com a duplicação das matrículas, não entramos no financiamento. Porque o financiamento é, dentro da possibilidade que o Governo tem de oferecer o recurso, na questão da rede privada... Nós estamos trabalhando na duplicação das matrículas públicas, da oferta pública.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. SIMONE VALDETE DOS SANTOS - Fora o FIES, exatamente. Por isso a duplicação das matrículas.

Na rede federal — o Deputado Gastão Vieira citou a questão do modelo dos institutos federais —, a Lei de Criação dos Institutos Federais é de 2008. Quando pensamos o modelo dos institutos federais, foi no sentido da verticalização da formação. Então, que esse trabalhador entre. Hoje temos um programa de certificação de saberes dos trabalhadores — que por enquanto atingiu somente 5 mil trabalhadores, mas este ano pretendemos ampliar o programa, até em função do PRONATEC. A ideia é que o electricista, por exemplo, faça curso de eletrotécnico e — quem sabe? — o de engenharia no instituto; e que ele possa ver, dentro do seu itinerário formativo, possibilidades no instituto federal. Assim como as licenciaturas. A oferta de licenciaturas decorrente da lei de criação dos institutos é principalmente nos cursos de Matemática, Química, Biologia, que são áreas importantes para a formação profissional. A nossa ideia é ter uma formação endógena desses professores no instituto, mas também pensando na educação profissional.

Sobre essa discussão que a Profa. Acácia faz, temos hoje no Conselho Nacional de Educação um parecer do Prof. Cordão. Discutimos muito essa ideia da formação de professores para a educação profissional, o que não é simples. Quando nos referimos a isso, tratamos da rede federal, das redes estaduais, do Sistema “S”. Trata-se desse profissional e desses interesses privados. E aí é bem complicado — eu até vou mandar para a Profa. Acácia os últimos textos que temos disponíveis das diretrizes curriculares, das licenciaturas para a educação profissional. Isso não é simples!

Dentro desse modelo dos institutos federais, pensamos a formação continuada dos trabalhadores. Eu tenho muita simpatia por esse modelo, acredito ser um modelo ideal, dentro da ideia de inovação tecnológica, porque é um modelo que também prevê pesquisa e extensão para dentro dos institutos. E hoje a gente está com todos os nossos NITs — Núcleos de Inovação Tecnológica sendo organizados nos institutos, com bolsa para formação técnica. Então, que os alunos tenham pesquisa no nível técnico. Inclusive, cito a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, que é uma escola estadual do Rio Grande do Sul, é uma fundação estadual, e faz isso há muito tempo. Nós temos escolas que têm tradição em



pesquisa em nível médio que fazem isso, e nós queremos ter tradição na rede federal — já a tínhamos com os CEFETs, com as agrotécnicas, mas agora com os institutos federais. Nós temos essas pró-reitorias formalizadas.

Quando os institutos são criados, vêm os novos *campi*, eles fazem audiências públicas com as comunidades e discutem com todos, desde as empresas privadas até os movimentos sociais. Hoje há o envolvimento de várias comunidades — quilombolas, comunidades indígenas. Isso não acontecia antes. É claro que, pela capilaridade da rede...

A Profa. Acácia indaga sobre problemas com funcionários. Eles existem, mas, na nossa nova expansão — vamos chegar a 200 unidades no final de 2014 —, e na duplicação das matrículas —pretendemos chegar a mil unidades da rede federal em 2020 —, a gente sempre tem feito dentro da proporcionalidade dos 1.200 alunos, ou 600 alunos — a nossa nova expansão —, com técnicos e professores. Há, nesse sentido, um acordo com o Ministério do Planejamento, que, muitas vezes, é mais lento do que a construção do prédio da escola. Mas isso tem acontecido.

O ensino médio integrado, como eu disse, é uma bandeira nossa, da SETEC, desde o Decreto nº 5.154, que estabeleceu a integração.

Eu discordo, embora não tenha assistido à palestra do professor no Congresso, da afirmação de que aos 15 anos de idade esse jovem tem condições, porque eu acho que... E, hoje, quando pensamos nos institutos, pensamos em clubes de leitura, nos esportes também, para além da formação profissional. Dizer, então, que esse jovem de 15 anos tem maturidade para conseguir ter toda a formação... De fato, nós temos de pensar...

E, outra, discordando também: os países desenvolvidos sempre colocaram a sua juventude muito dentro da sala de aula. Nós não atingimos, como a China atingiu, um segundo idioma. A China hoje tem o inglês no seu país... Nós não atingimos isso nem com o espanhol, que deveria ser o nosso comum aqui, com a nossa proximidade com os países...

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Nem com os da Língua Portuguesa.

A SRA. SIMONE VALDETE DOS SANTOS - Pois é. E aí, como é que se aprende algum idioma estrangeiro? Com muitas horas de sala de aula, de leitura, de...



Esse discurso de que se faz educação aligeirada, com poucas horas, infelizmente, é um discurso que vai contra tudo o que países desenvolvidos sempre fizeram, como é o caso dos Tigres Asiáticos. É permanência do aluno em turno integral, com bons laboratórios. Por isso vemos a duplicação como uma meta exequível, com laboratórios, com centros de idioma, com pesquisa. Isso tudo precisa de muito investimento.

Retomando: acho que o debate nesta Comissão está muito bom. Existe um projeto antigo aqui relativo ao Fundo Nacional de Financiamento da Educação Profissional. Acho que, depois do debate do PNE e no escopo do PRONATEC, temos que retomar o debate do Fundo Nacional de Financiamento da Educação Profissional. Hoje vivemos um momento de desenvolvimento do País — que bom, não é? E aí, mesmo com investimento e com um Governo como o da Presidente Dilma, que já colocou desde o discurso de posse a preocupação com a educação profissional e tecnológica, precisamos ter um fundo permanente, a exemplo do FUNDEB, de financiamento da educação profissional, que é muito cara. A gente precisa de investimento marcado para isso.

Por último — não sei se respondi a todas as perguntas —, quero marcar a presença da Profa. Sandra Garcia. Levante o braço, Sandra. É a nossa Diretora de Ensino Médio no Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Básica, que está junto conosco na SETEC, participando de toda a discussão do ensino médio integrado e do ensino... Há pouco tempo foram aprovadas as diretrizes curriculares do ensino médio. A conclusão a que se chegou é de que a grande crise no Brasil está no ensino noturno. E aí, principalmente, temos que pensar nessas alternativas, pensar nesse protótipo da UNESCO, pensar... Porque no ensino médio regular existem, sim, problemas, mas eu ainda os casaria com a discussão do piso nacional dos professores. A gente precisa cumprir o piso nacional dos professores em todos os Estados, ter o plano de carreira, outra meta do PNE, para todo o magistério. Enquanto a gente não consegue profissionais, que a carreira do magistério seja atrativa. A nossa carreira precisa ser atraente na educação básica, e aí a gente consegue ensino médio de qualidade, enfim...

Era isso. Obrigada e estamos à disposição. O Ministério da Educação está à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Obrigado, Profa. Simone.

Para finalizar, com a palavra a Sra. Regina Torres, do SENAI.

A SRA. REGINA MARIA DE FÁTIMA TORRES - Vou tentar ser bem breve. Já estou finalizando, e todos já deram contribuições muito importantes.

Eu vou localizar mais uma vez essa particularidade que é a educação profissional. Há necessidade, sim. O mercado de trabalho hoje exige que os profissionais sejam bem preparados. O SENAI atua de forma concomitante e subsequente no ensino médio com técnico de nível médio. Nós nos articulamos com a rede pública no sentido de atendermos a nossa clientela. Mais de 90% dela é oriunda da rede pública do País.

Obviamente, temos sempre que dar uma reforçada num ou noutro conteúdo, principalmente de ciências, o que equivale a dizer que, tirar o jovem aos 15 anos de idade, entendendo que ele já está preparado e que as novas tecnologias de informação e comunicação darão conta de que essa formação seja sustentada por desenvolvimento de conteúdo e de conhecimento e não simplesmente de informação...

Houve aqui uma ponderação de que os jovem até 15 anos já poderia ter vencido a educação propedêutica e depois buscaria avançar muito mais nos conteúdos voltados para educação, ciência e tecnologia.

A CNI fez uma pesquisa muito recentemente e entendeu que há um apagão de mão de obra e que esse apagão tem em 52% a sustentação pela defasagem das competências da educação básica, principalmente para aqueles que já concluíram o ensino médio e que estão defasados em 2 a 3 anos, praticamente, no que diz respeito às competências que deveriam ser desenvolvidas nesse nível de escolarização. O apagão não se dá simplesmente pela ausência da formação da educação profissional, mas se dá também pela dificuldade que se tem no País, hoje, de se oferecer uma educação básica de qualidade.

Em relação ao PRONATEC, nós estamos engajados. O SENAI vai duplicar, até 2014, o seu atendimento. Isso quer dizer que nós vamos chegar a 4 milhões de concluintes em 2014. Para chegar a 4 milhões de concluintes, vamos ter que matricular em torno de 5 milhões de jovens e adultos na educação técnica de nível médio e na continuada.



Mapeamos as demandas por Estado do que serão os novos investimentos, do que deverão ser os novos perfis profissionais exigidos. Já temos esse mapeamento. E agora vamos entrar numa ação continuada de formação de docentes. Vamos precisar de 4.600 docentes nas várias áreas tecnológicas. Isso já está mapeado. O SENAI tem o Programa Pró-Docente, em que é fornecida educação a distância para profissionais que já têm formação superior. E eles se engajam nesse programa, na modalidade de educação a distância.

Depois, então, quando ele ingressa no SENAI como docente, nós temos um conjunto de ações, dentro dessa programação de educação continuada para os docentes, que vai desde o aperfeiçoamento nos eixos tecnológicos, com um perfil mais ampliado, para que esse docente tenha trânsito em vários perfis profissionais dentro de uma mesma matriz e de um mesmo itinerário profissional, para que ele possa transitar em vários níveis e em várias oportunidades de formação profissional nesses eixos tecnológicos. E culminamos com um programa de complementação pedagógica dado por uma universidade, um MBA, que é oferecido a todos os profissionais docentes, engenheiros, tecnólogos contratados pelo SENAI e que têm a responsabilidade de desenvolver os processos de educação profissional.

Hoje temos um contingente de mais de 11 mil docentes, e praticamente 60% desses docentes possuem curso superior nas engenharias, dependendo das áreas tecnológicas em que irão atuar. Há também programas de complementação pedagógica e de atualização para esses docentes do SENAI. Estamos numa forma antecipada, engajados no PRONATEC, entendendo que é uma boa oportunidade para o País. Naquilo que realizamos, nós também mensuramos e investigamos a inserção dos nossos concluintes no mercado de trabalho.

Segundo a última pesquisa que realizamos com os concluintes do ano de 2009 — nós fazemos essa medição após um ano de formado pelo SENAI, nós vamos atrás desse concluinte —, temos no curso técnico de nível médio a inserção de 92% dos nossos concluintes, o que nos dá certa tranquilidade em entendermos que estamos fazendo uma boa leitura do que são as necessidades por profissionais na indústria brasileira, oferecendo formações que sejam compatíveis com essas demandas, com essas necessidades.

Era mais ou menos isso.



O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Não gostaria que essa sessão fosse encerrada sem que fizéssemos um esclarecimento acerca daquilo que eu entendi sobre o que foi dito pelo Prof. Simon Shwartzman aqui. É normal, cada um de nós entende as coisas do jeito que as quer perceber no momento. Mas eu afirmo que não ouvi do Prof. Simon essa informação. Nós estávamos discutindo ENEM, o Prof. Simon defendia a tese de que a prova do ENEM deveria ser feita com outro nome, quando o aluno tivesse 15, 16 anos, tivesse concluído o seu ciclo básico. E a partir dessa avaliação é que se conduziria esse aluno para outro tipo de treinamento. O Prof. Simon em nenhum momento fez aqui a afirmação de que o aluno já está pronto para ir para a profissionalização sem ter uma base, enfim, eu não me lembro. Foi muito rica aquela palestra do Prof. Simon e do Luis Francisco Soares naquele dia em que nós discutimos ensino médio. Eu não me lembro. Aliás, nós chegamos ao Ceará e comprovamos um pouco daquilo que o Prof. Simon tinha dito aqui.

Eu gostaria de fazer um apelo basicamente a vocês duas, do SENAI e do SENAC: vamos mandar para o Conselho Nacional de Educação uma discussão sobre o novo currículo para o ensino técnico. Qual o resultado que nós vamos obter? Ali nós não temos especialista nisso, nem pessoas com vivência. Temos brilhantes brasileiros, altos pensadores, mas que não têm experiência nessa matéria. Eles vão ter que construir um modelo, e vocês têm esse modelo pronto. Vocês trabalham com isso desde a década de 40. Se o País — eu vou dizer isso ao Ministro na discussão do PRONATEC — quer entrar pelo ensino técnico, tem de beber o conhecimento e a competência que vocês acumularam ao longo do tempo e fazer as adaptações necessárias àquilo que nós desejamos. Manda para o Conselho, eu já fico um pouco assustado, porque não tem legitimidade para a pressa que desejamos, para os desafios que nós temos neste momento.

Eu faço um apelo também a vocês. Nós trabalhamos muito aqui na Comissão de Educação nesse encontro do Sistema “S” com o Governo. Não foi preciso nem lei, passou por acordo de cavalheiros. Mas eu vejo que no Maranhão — eu estou aqui do lado do Deputado Luciano Moreira, que é do nosso Estado —, o Governo do Estado não tem uma escola técnica, nenhuma, zero escola técnica. A iniciativa federal tinha uma na antiga Escola Técnica Federal do Maranhão, que depois virou CEFET etc., sumiu. O curso técnico é mínimo. Só quem tem ensino técnico lá são o



SESI e o SENAC, mas ambos fechados para dentro do seu próprio umbigo, fazendo muito bem, mas para os seus clientes, não para a sociedade como um todo.

Aí no meu Estado estoura a Refinaria Premium, da PETROBRAS, a maior reserva de gás e petróleo. Onde é que vamos arranjar gente? Em que tempo? A não ser com um amplo apoio de vocês, que sabem fazer isso.

Eu estava falando para a Simone que fui ao IFET numa cidade chamada Alcântara. Alcântara é o local onde está o centro de lançamento de foguetes em que o Brasil vai apostar o seu futuro espacial, pela localização, pela predisposição. Graças ao Governo Lula, que no final fez deslanchar o projeto. Aquelas dificuldades com quilombolas, aquilo tudo está sendo superado. As obras estão sendo feitas. Do lado, uma cidade com 350 anos, tão importante do ponto de vista do patrimônio nacional quanto Ouro Preto, Olinda e qualquer outra. A cidade que mais expressa a opulência da companhia portuguesa que o Marquês de Pombal criou e que controlou importação e exportação. Uma pujança e uma riqueza enorme. Decadente há 200 anos. Alcântara morreu 200 anos atrás. Não quer ser enterrada, mas está morta lá. Os prédios estão caindo, a população está desanimada, dizendo que não tem vontade de nada. Então, tem um centro de lançamento que a gente sabe que vai acontecer. É preciso incorporar Alcântara ao progresso que virá.

Lá, o IFET, Simone, fez um negócio maravilhoso. Qual é o curso que tem lá?
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Costa é o Reitor.

É um curso superior de tecnologia em hotelaria e turismo. Os alunos estão lá, vindos de todo lugar do Maranhão. Estão lá. Fizeram uma pesquisa na Festa do Divino sobre os bastidores do Divino. Aí foram descobrindo quem é que faz altar, que não aparece, etc. e tal. O que aquele curso precisaria naquele momento, em Alcântara, para a cidade, que é história, poder vender os seus serviços para o pessoal da base? Hotéis, pousadas, bons serviços. O IFET tem o dinheiro para comprar o equipamento, mas não tem gente que ensine as técnicas de hotelaria e turismo. Aí eu digo: vamos fazer esse casamento; vocês entram fazendo o que vocês sabem fazer, e o IFET faz o que está se propondo fazer. E quem vai ganhar com isso? Todos nós.



É um pouco dessa discussão que vamos trazer aqui para a Comissão de Educação. O PRONATEC é um grande projeto, é simples, objetivo, não tem complicação. Vai dar certo. Agora, nós temos de juntar essas pontas. Sem juntar essas pontas, respeitando o que um sabe fazer melhor do que o outro, dificilmente vamos chegar a algum lugar.

Estou encantado com vocês. Adorei esta mesa redonda. Vocês combinaram várias coisas, e uma complementou a outra. Acho que foi muito rico este debate, muito intenso. E a ideia é a gente reproduzir, não é, Artur? Você vindo do Ceará, que é o único Estado brasileiro com uma experiência em andamento forte, o outro é Pernambuco, e a gente querendo levar para os nossos Estados um pouco dessa experiência.

Mas parabéns a vocês. Foi muito boa esta audiência pública. Estou muito feliz, Presidente que sou da Comissão, por ter promovido, junto com o Deputado Angelo Vanhoni, este debate.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Em nome do Presidente Gastão Vieira, agradeço à Profa. Acácia Zeneida, Titular da Universidade Federal do Paraná; à Profa. Regina Maria, representante do SENAI; à Profa. Simone Valdete, representante do Ministério da Educação; e à Profa. Anna Beatriz, representante do SENAC, que teve de sair antes do encerramento da reunião em razão do horário do seu voo. Agradeço também às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados pela presença.

Antes de encerrar os trabalhos, lembro aos colegas que haverá audiência pública com a presença do Ministro de Educação, Sr. Fernando Haddad, que comparecerá a esta Casa amanhã, 15 de junho, no Plenário 10, para falar sobre o Plano Nacional de Educação.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.